

IV CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO:

Desafios Contemporâneos das
Sociedades Ibero-Americanas

De 23 a 27 de agosto de 2021

EVENTO ONLINE

ANAIIS DO EVENTO

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



Comissão Organizadora

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Marcelo Feldhaus	Diretor de Ensino de Graduação Representante da Pró-Reitoria Acadêmica Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Carlos Renato Carola	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Aurélia Regina de Souza Honorato	Coordenadora do Curso de Artes Visuais Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Me. Bruno Dandolini Colombo	Curso de Educação Física Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Cibebe Beirith Figueiredo Freitas	Coordenadora Adjunta do curso de Letras Representante dos cursos de Licenciatura Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Jeferson Luis Azeredo	Comissão de Divulgação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Lucene Cândido Magnus	Representante discente do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Vanessa Marcos Medeiros	Representante do Conselho Editorial Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Rafaela Ribeiro Pereira	Representante da Diretoria de Ensino de Graduação Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC

Comissão Científica

Profª Dra. Giani Rabelo	Presidenta da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Ismael Gonçalves Alves	Vice-presidente da Comissão Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Birgit Harter-Marques	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais - PPGCA Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Profª. Dra. Graziela Fátima Giacomazzo	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Antonio Fernando Silveira Guerra	Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI
Profª. Dra. Maria Teresa Santos Cunha	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Prof. Dr. José Antonio Mateo	Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) Universidad Nacional de Entre Ríos - UNER (Argentina)
Profª. Dra. Ana Paula Vosne Martins	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Profª. Dra. Silvia Maria de Favero Arend	Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
Profª. Dra. Amalia Morales Villena	Universidad de Granada - Espanha
Profª. Dra. Maria Stephanou	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Denise Balarine Cavalheiro Leite	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Profª. Dra. Ana Sabrina Mora	Universidad Nacional La Plata - UNLP (CONICET) - Argentina
Profa. Dra. Patrícia Ferraz de Matos	Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Miguel Anxo Santos Rego	Universidade de Santiago de Compostela - Espanha
Prof. Dr. Agustín Escolano Benito	Centro Internacional de la Cultura Escolar (CEINCE) - Espanha
Prof. Dr. Alex Sander da Silva	Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Prof. Dr. Christian Muleka Mwewa	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
Prof. Dr. António Gomes Ferreira	Universidade de Coimbra - Portugal
Profª Dra. Patricia Paola Ames Ramello	Pontificia Universidad Católica del Perú - Peru
Profª Dra. Maria Luiza Rico Gómez	Instituto Universitario de Estudios Sociales da América Latina Universidade de Alicante - Espanha
Profª Dra. Maria João Mogarro	Instituto de Educação Universidade de Lisboa - Portugal

Grupos de Trabalho

Giani Rabelo e Ismael Gonçalves Alves

Finanças

Amalhene Baesso Reddig, Aurélia Regina de Souza Honorato e Maxuel Sander Flor

Cultura

Birgit Harter Marques e Matheus Zimmermann

Monitoria

Caroline Bortot, Jeferson Luis de Azeredo e Lucas Damásio

Comunicação e Divulgação

Lucene Cândido Magnus e Rafaela Ribeiro Pereira

Secretaria Geral

Leila Laís Gonçalves, Paulo Martins e Wender Firmino

Tecnologia

Carlos Renato Carola e Cibele Beirith Figueiredo Freitas

Apresentações de Pôsteres

Secretaria

Rafaela Ribeiro Pereira

Secretária da Diretoria de Ensino de Graduação
Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Diagramação

Victor Burato Designer

Realização



PROACAD
Pró-Reitoria
Acadêmica

Apoiadores



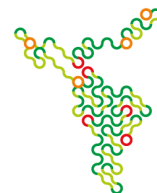
GT11

**Comunicação, discurso
e poder**

SUMÁRIO

CLIQUE E SEJA DIRECIONADA/O PARA O TRABALHO

- 7 A PRODUÇÃO DISCURSIVA SOBRE A VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER NA CONTEMPORANEIDADE**
Maria Cecilia Takayama Koerich
- 17 CULTURA, CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS
BIBLIOTECAS E CENSURA NA BIENAL DO LIVRO**
Viviane Paula Salini Mirandola
Antonio Cavalcante de Almeida, Dr.
Idorlene da Silva Hoepers, Dra.
- 26 UMA BELEZA IRREAL: SIMULAÇÕES E
SIMULACROS NOS COMERCIAIS DE O BOTICÁRIO**
Gutemberg Alves Geraldês Junior
Lucas Dallagnol
- 38 VIVER NÃO CABE NO LATTES: UMA ANÁLISE DO
DISCURSO ACADÊMICO**
Joseane Monteiro Maurício



A PRODUÇÃO DISCURSIVA SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Cecilia Takayama Koerich¹

Resumo: Este trabalho busca investigar a produção discursiva sobre a violência contra a mulher na contemporaneidade. Para tanto, consideramos a análise do discurso sobre a narrativa produzida, pela mulher em situação de violação de seus direitos. Esta escritura dialoga com os estudos feministas, lança seu olhar aos dados estatísticos – Dados do Disque 180, da Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; O Mapa da Violência no Brasil – Homicídio de Mulheres no Brasil (2015); O Mapa da Violência Contra a Mulher (2018) e o Atlas da Violência (2019) e dos anos seguintes. Neste trabalho busco o lugar de fala – da mulher que tem seu histórico de vida – marcado pela violação de seus direitos. A investigação configura-se como qualitativa, é realizada no município de Joinville – Santa Catarina, no Brasil, em especial, no Abrigo Institucional para Mulheres em Situação de Violência. Lembramos que esta instituição que acolhe mulheres em situação de violação de direitos caracteriza-se como uma política pública inserida no SUAS – Sistema Único de Assistência Social, enquanto um Serviço de Alta Complexidade. Pretendemos aprofundar o debate sobre a violência contra a mulher e seu enfrentamento, investigando o espaço-tempo de acolhimento institucional, colocando a escuta qualificada como prática de pesquisa que considera a complexidade da narrativa de quem está em situação de risco social.

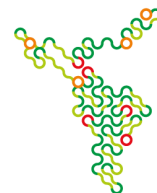
Palavras-chave: Violência de gênero. Discurso. Políticas públicas.

Discursive production on the violence against women in contemporary times

Astract: This academic work seeks to investigate the discursive production about violence against women in contemporaneity. Therefore, we consider the analysis of the discourse on the narrative produced by women in a situation of violation of their rights. This writing dialogues with feminist studies, looks at statistical data – Data from Dial 180, from the Call Center for Women in Situations of Violence; The Map of Violence in Brazil – Homicide of Women in Brazil (2015); The Map of Violence Against Women (2018) and the Atlas of Violence (2019) and subsequent years. In this work I seek the place of speech – of the woman who has her life history – marked by the violation of her rights. The investigation is characterized as qualitative, it is carried out in the city of Joinville – Santa Catarina, Brazil, in particular, at the Institutional Shelter for Women in Situations of Violence. We remind you that this institution that welcomes women in situations of violation of rights is characterized as a public policy inserted in SUAS – Single Social Assistance System, as a High Complexity Service. We intend to deepen the debate on violence against women and its confrontation, investigating the space-time of institutional care, placing qualified listening as a research practice that considers the complexity of the narrative of those at social risk.

Keywords: Gender violence. Speech. Public policies.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História, na linha de pesquisa Histórias Entrecruzadas Subjetividades, Gênero e Poder na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/Santa Catarina, Brasil. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).



Introdução

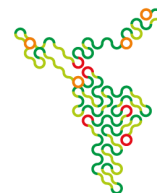
Inicialmente, faz-se necessário ressaltar que este trabalho está em andamento, pois faz parte de um projeto de pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Santa Catarina, na linha de pesquisa Histórias Entrecruzadas de Subjetividades, Gênero e Poder.

Dito isso, analisar o discurso produzido sobre a violência de gênero na contemporaneidade é o que busca esta pesquisa. O interesse pelo estudo da violência de gênero, em especial pela narrativa elaborada pelas mulheres em situação de violação de direitos e que se encontram em risco social, assim com o discurso produzido pelas profissionais que ofertam atendimento a esse público, se dá pela potencialidade das histórias de vida desses sujeitos marcados pela violência.

Nesse contexto, busca-se o lugar de fala de mulheres que vivenciaram a violência e foram acolhidas por políticas públicas de proteção social, bem como entrecruzar essas histórias com as das pessoas que as atenderam, as políticas públicas, a legislação e suas constantes atualizações (ou retrocessos), as notícias e os debates públicos sobre o tema. Vale mencionar que, ao longo desta escritura, ao utilizar o termo mulher ou mulheres, refere-se aqui ao lugar de sua representação cultural (PINSKY; PEDRO, 2018).

Assim, o espaço-tempo deste estudo é o Abrigo Institucional para Mulheres em Situação de Violência do Município de Joinville, em Santa Catarina. A escolha pelo Abrigo de Mulheres partiu da complexidade da situação que o referido público se encontra ao ser inserido nos atendimentos junto ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Deve-se destacar que o abrigamento de mulheres é uma medida protetiva² garantida pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), sendo uma alternativa de urgência diante de sua vulnerabilidade frente à violação de seus direitos. Ou seja, para que uma mulher seja inserida no Abrigo Institucional é necessário ter explicitado, no registro da ocorrência, o risco iminente de morte.

² A Lei Maria da Penha é a principal legislação nacional que busca coibir, punir e prevenir a violência de gênero direcionada às mulheres em ambiente doméstico ou familiar. Para acessar a medida protetiva de urgência, faz-se necessário que a mulher em situação de violação de direitos procure uma delegacia – de preferência a Delegacia de Proteção à Criança, Adolescente, Mulher e Idoso (DPCAMI) – e relate a violência sofrida, que deverá ser registrada no boletim de ocorrência, requerendo a necessária concessão das medidas protetivas. Vale destacar que as medidas protetivas de urgência que constam na Lei Maria da Penha são: afastamento do agressor do lar; suspensão da posse ou restrição de posse de arma; comunicação sobre a saída do agressor da prisão; proibição de aproximação da mulher e de seus familiares com limite mínimo de distância; proibição do contato com a mulher e seus familiares por qualquer meio de comunicação; suspensão de visitas do agressor aos dependentes; prestação de alimentos provisórios. Disponível em: <https://www.santacatarinaporelas.sc.gov.br/ajuda/quero-conhecer/medida-protetiva>. Acesso em: 10 mar. 2021.



Desse modo, investigar o discurso produzido sobre as mulheres em situação de violação de direitos a partir da narrativa de quem vivenciou este fenômeno é reconhecer essas mulheres enquanto sujeitos de direitos, que merecem ter suas histórias escritas e narradas de modo a contemplar seus anseios, medos, possibilidades e resiliência, assim como atentar para as profissionais que ofertam atendimento a esse público também pode contribuir para outros olhares em relação ao fenômeno da violência de gênero.

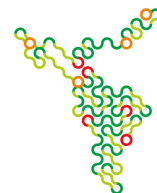
Muito se fala sobre as mulheres que sofrem violência de gênero, havendo ainda discursos que as responsabilizam pela situação de violação de direitos a qual foram expostas, enquanto outros as limitam à condição exclusiva de vítimas de violência e dignas de compaixão. Contudo, ambos os discursos não aprofundam o debate sobre a violência de gênero, o que não contribui para o enfrentamento desse fenômeno social. Quem busca a narrativa dessas mulheres que vivenciaram a violação de seus direitos enquanto fonte primária de análise? Por que falar sobre elas se podemos ouvir o que elas têm a dizer?

Por essas razões, o desafio desta pesquisa está na tentativa de analisar o discurso contemporâneo sobre a violência de gênero, destacando as mulheres que vivenciaram o fenômeno, as profissionais que ofertam atendimento a esse público e que, por meio de suas narrativas, apresentam suas histórias de vida.

Violência de gênero: para além de um conceito

Ao analisarmos a historicidade da violência de gênero, nos deparamos com denominações distintas, mas que, de certo modo, buscam representar a mesma questão. Almeida (2007) fala que violência contra a mulher, violência conjugal, violência doméstica³, violência intrafamiliar, violência familiar e violência de gênero são formas semânticas mais comuns de denominar a prática de violência perpetrada contra as mulheres. Por outro lado, Aquino (2009) diz que a violência contra a mulher, enquanto categoria histórica, carrega um significado político para os movimentos sociais de

³ Importante destacar que o discurso que reconhece a violência de gênero como uma violência exclusivamente doméstica pode ofertar uma análise superficial sobre o referido fenômeno. Não podemos esquecer que a narrativa que coloca a violência direcionada às mulheres como sendo restrita ao ambiente doméstico desconsidera as violências que acontecem nos espaços públicos. Todavia, é necessário citar que os dados estatísticos apontam para a relação interpessoal entre mulheres vítimas de violência e o proponente de suas agressões. Para aprofundar o debate, conferir os textos: SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid/Argentina: Traficantes de Sonhos, 2016; VALOBRA, Adriana. Violências silentes. In: TORNQUIST, Carmen Susana [et. al.] (Orgs.). **Leituras de resistência: corpo, violência e poder**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009, p. 119-143.



mulheres e feministas, pois sinaliza para a existência de um fenômeno persistente, praticado por homens contra mulheres e que, historicamente, foi negligenciado e não reconhecido como uma prática violadora de direitos.

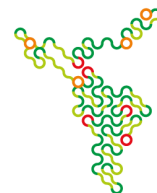
Aquino (2009) continua sua reflexão ao mencionar que, no Brasil, a luta pelo reconhecimento da violência praticada contra as mulheres, pautada na questão de gênero, reúne esforços dos movimentos sociais de mulheres e feministas há mais de trinta anos e destaca que somente entre meados das décadas de 1970 e 1980 é que foi publicizado o termo violência contra a mulher.

Com isso, a Organização das Nações Unidas (ONU, 1993, texto digital) declarou, em 1993, a violência contra a mulher como sendo “qualquer ato de violência baseada no gênero que resulte em, ou que potencialmente resulte em danos físicos, sexuais, psicológicos ou qualquer tipo de sofrimento nas mulheres”. A Lei Maria da Penha, que foi promulgada em 2006, legislação nacional que busca prevenir, punir e erradicar a violência de gênero, categoriza a violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Nessa senda, para Faleiros (2007, p. 73):

A violência surge quando os gêneros não-masculinos saem dos lugares que lhes são determinados e se tornam subversivos – quando o poder patriarcal estruturado é contestado e se acha ameaçado. A violência praticada pela sociedade patriarcal se realiza de diversas formas: identitária, física, psicológica, sexual, institucional, social e politicamente. Articuladas, elas constituem o arsenal de que dispõe o gênero masculino para manter seu poder sobre os outros gêneros. (FALEIROS, 2007, p. 73)

Deve-se atentar também sobre a violência letal que vitimiza muitas mulheres, pois o Brasil possui um alto índice de casos de feminicídios, dados que podem ser confirmados pelo Mapa da Violência – Homicídio de Mulheres no Brasil (2015). Segundo a pesquisa, o Brasil ocupa a quinta posição em um grupo de 83 países, com dados homogêneos fornecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em casos de feminicídios – são treze mulheres assassinadas por dia no Brasil e, entre os anos de 1980 e 2013, 106.096 mulheres foram mortas em território nacional, a maioria sendo mulheres negras. Maia (2019), ao citar o documento, destaca a importância de uma legislação que busque combater o assassinato de mulheres motivado por sua condição de gênero.

Enquanto isso, a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015) foi promulgada no ano de 2015 e somente a partir desta data os casos de assassinato de mulheres começaram a ser considerados, em um contexto relacional de gênero, tratando-se de crimes hediondos. Até então, a



violência letal direcionada às mulheres não possuía uma especificidade em sua análise, o que mascarava o gênero enquanto elemento motivador da violação de direitos e de seu assassinato.

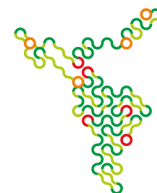
No tocante ao fenômeno da violência sexual, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública menciona que há um aumento nos registros de casos anualmente e, no levantamento divulgado em 2019, referente a 2018, foram registrados 66.041 casos de violência sexual, o que compõe uma média de 180 crimes por dia, significando um aumento de 4% em relação ao ano anterior e em 81,8% dos casos as vítimas eram mulheres (UNIVERSA, 2020).

No recente documento publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Atlas da Violência 2020, demonstra-se que, a cada duas horas, uma mulher é assassinada no Brasil – 4.519 mulheres foram assassinadas no ano de 2018, sendo que 68% dessas mulheres eram negras (CERQUEIRA et al., 2020).

Ressalte-se ainda que o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) recebeu 46.510 denúncias de violações de direitos perpetrada contra mulheres no primeiro semestre de 2019, consoante informações registradas pelo Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (BRASIL, 2019), demonstrando que, entre os anos de 2018 e 2019, houve um aumento de 10,93% em casos denunciados por esse canal de atendimento. Durante os meses de março a abril de 2020, período inicial da pandemia da COVID-19 no Brasil, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública observou um crescimento de 22,2% de casos de feminicídios em doze estados do país, comparativamente ao ano anterior (DUARTE; AFONSO, 2021).

Em relação à violência direcionada a mulheres transexuais a realidade pode ser ainda mais assustadora, pois dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) informam que, em 2019, foram mortas 124 pessoas trans, sendo que, desses assassinatos, 94% das vítimas se identificavam como mulheres, o que coloca o Brasil como o país com o maior número de assassinatos de travestis e transexuais em todo o mundo, segundo a ONG *Transgender Europe* (UNIVERSA, 2020).

Quando se observam os dados apresentados, é possível reconhecer que a violência de gênero é um problema social complexo que exige atenção das políticas públicas para realmente alcançar sua erradicação. O fato desse fenômeno estar fundamentado pelo patriarcado e no entendimento que confere poder aos homens sobre os corpos femininos e feminizados faz com que muitas das práticas



violadoras de direitos humanos sejam naturalizadas devido à relação desigual que se estabelece em uma sociedade gendrada.

Posto isso, a violência de gênero enquanto um fenômeno histórico evidencia o gênero como uma forma de significar as relações de poder (SCOTT, 1990) e intersecciona-se com outros marcadores sociais, como classe, raça/etnia, mas não se pode assumir um caráter reducionista frente à análise dessa relação de poder, uma vez que, da mesma forma que existe uma “dominação” masculina que normatiza certas práticas, vivências e formas de ser e estar no mundo, há, por outro lado, a “resistência” e a não aceitação dessas imposições.

“Ouvir contar⁴” como metodologia de pesquisa

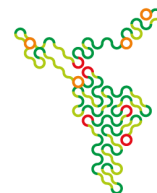
A metodologia central desta pesquisa é a análise do discurso como modo de investigação. A análise de discurso oferta a este estudo uma perspectiva complexa em relação às histórias vividas e narradas pelas mulheres em situação de violação de direitos e, inclusive, possibilita ir para além do relato da própria violência.

Foucault (1996), em sua obra “A Ordem do Discurso”, fala sobre o discurso e sua importância social (comunicação), elaborando reflexões a respeito. Entre as várias contribuições de Foucault em relação à análise do discurso, há aquela que o reconhece como forma de representação de poder:

O discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; é visto que isto a história não cessa de nos ensinar- o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mais aquilo, por que, pelo que se luta, poder do qual podemos nos apoderar, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo (FOUCAULT, 1996, p. 10-11).

Dessa maneira, percebe-se a potencialidade criativa do discurso, a capacidade discursiva de construção simbólica dos sujeitos violados e violadores, a verbalização de suas realidades, seu contexto e percepções. Para tanto, deve-se atentar ao processo analítico (discursivo) da narrativa, neste caso, das mulheres em situação de violência que acessam o abrigo institucional e das

⁴ “Ouvir contar: Textos em História Oral” é um livro de Verena Alberti que teve sua primeira publicação em 2004. Esta obra é muito utilizada como referência nos trabalhos que envolvem o registro da história oral, entrevistas enquanto método de pesquisa acadêmica e práticas do trabalho do historiador. Ao longo do livro, Alberti problematiza a história oral e seu uso em pesquisas, da mesma forma que evidencia sua potencialidade enquanto prática investigativa. Utilizo, neste caso, o seu título “Ouvir contar” como uma forma de rememorar conceitos que são centrais para a autora, como a ética frente aos nossos pares que, a partir de seus relatos, tornam-se co-participantes de nossas pesquisas, o respeito à subjetividade e emoções daqueles que permitem o registro de suas falas e o atentar para a singularidade da história oral enquanto método de pesquisa, pois como Alberti (2012) fala, a história oral enquanto método de pesquisa é singular no sentido de sua execução ser em um momento único, com circunstâncias únicas e capaz de produzir um resultado único.

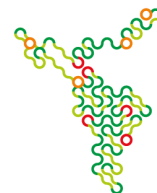


profissionais que ofertam atendimento a elas. Perceber que o discurso sobre as mulheres que se encontram com seus direitos violados não é produto de um acaso ou fatalidade, mas que apresenta em sua própria formulação ideologias e conceitos, isto é, não há neutralidade na produção discursiva sobre a violência de gênero.

A escolha pela análise do discurso em relação à narrativa das mulheres em situação de abrigo institucional se dá pela busca original das histórias de vida das mulheres em situação de violência de gênero. Tentar saber do relato de seus atendimentos, dos silêncios e invisibilidades de sua situação, dos gestos e modos de falar de si e tentar entender os processos que vitimizam as mulheres, bem como investigar a produção discursiva da Rede de Proteção Social que oferta atendimento a elas. A análise do discurso, a partir da percepção narrativa das mulheres em contexto de violência, neste caso, evidencia a fala direta de quem vivenciou a violação de seus direitos e permite analisar toda a complexidade de um relato de vida, possibilita acesso ao universo subjetivo de quem conta a sua história e pode dar visibilidade a pessoas, isto é, mulheres que se encontram pouco lembradas ou viabilizadas socialmente, estando, por vários motivos, em situação de violência. Trata-se de uma abordagem qualitativa mais do que quantitativa, pois "a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas" (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Como esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento, pretende-se fazer uma entrevista semi-estruturada com mulheres em atendimento no Abrigo Institucional para Mulheres em Situação de Violência e com as profissionais que atuam na instituição. A partir desse primeiro momento, selecionar um ou dois casos para uma análise mais profunda da produção de discurso: das mulheres em situação de abrigo e das profissionais que ofertam atendimento a elas.

Dessa forma, utilizar o registro das narrativas das mulheres em situação de violação de direitos e das profissionais que as atendem diferencia-se de outros modos de fazer pesquisa, uma vez que exige o encontro de sujeitos mediados pelo discurso, propiciando uma maior interação entre a pesquisadora e aquelas mulheres dispostas a narrarem suas situações de vulnerabilidade e de profissionais interessados no estudo. Porém, deve-se atentar para o que Foucault (1979) nos diz sobre a microfísica do poder, pois a história insere-se no âmbito do poder, sendo produzida por meio das múltiplas regras que permitem a sua concepção. Deste modo, há uma regime de verdade, que pode ser considerada como um conjunto de procedimentos regulados que permitem o funcionamento e a



circulação de certos enunciados. Esta análise implica em reconhecer que a “verdade” ou o discurso reconhecido e aceito como legítimo insere-se em um complexo sistemas de poder que garantem o seu sustento.

Portanto, não se procura aqui por uma verdade sobre a violência de gênero ou uma versão das mulheres sobre esse fenômeno, mas pela narrativa que, muitas vezes, é negligenciada ou limitada aos procedimentos técnicos de atendimento psicossocial, o que não contempla a história de vida dessas mulheres. Para tanto, deve-se lembrar que entre aquilo que se considera como verdade ou mentira há um interstício que é ocupado pela disputa narrativa dos fatos, um lugar de litígio em que o sistema de poder se insere.

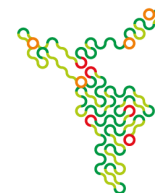
Considerações finais

A violência de gênero direcionada às mulheres, como já mencionado ao longo deste texto, é um problema social complexo. Para seu enfrentamento há a necessidade de políticas públicas que contemplem as demandas das mulheres expostas a violação de seus direitos, conforme é apresentado por Becker e Toneli (2009, p. 394):

A Lei Maria da Penha, articulada ao Plano Nacional de Políticas para as mulheres e ao Programa de enfrentamento da violência contra a mulher – ambos do governo brasileiro –, prevê medidas integradas que deverão ser implementadas por setores diversos como os da educação, justiça, saúde e mídia. O entendimento é o de que o enfrentamento da violência contra a mulher requer ações a curto, médio e longo prazo na direção da equidade de gênero. Ou seja, requer de toda a sociedade esforços articulados para que haja de fato mudanças nos padrões culturais que perpetuam as desigualdades.

Com a pesquisa, que visa analisar a narrativa de mulheres que tiveram suas vidas marcadas pela violência e as profissionais que realizam seu atendimento, busca-se reconhecer o lugar de fala desses sujeitos e analisar de que forma as políticas públicas colocam-se frente às demandas de mulheres em situação de violação de direitos, principalmente em casos de risco iminente de morte, como também entender como é o funcionamento da Rede de Proteção Social que acolhe mulheres fragilizadas pela violência. Observando os múltiplos discursos sobre a violência de gênero, os avanços e os recuos nas conquistas sociais das mulheres com o intuito de contribuir para o enfrentamento de práticas violadoras de direitos humanos.

Referências



ALMEIDA, Suely de S. Essa Violência mal-dita. In: ALMEIDA, Suely de S. (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

AQUINO, Silvia de. Violências de gênero e masculinidades: conquistas e desafios da lei maria da penha. In: TORNQUIST, Carmen Susana [et. al.] (Orgs.). **Leituras de resistência**: corpo, violência e poder. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009, p. 259-276.

BECKER, Simone; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. A importância da ampliação de discussões referentes à violência masculina após dois anos de implantação da lei maria da penha no Brasil. In: TORNQUIST, Carmen Susana [et. al.] (Orgs.). **Leituras de resistência**: corpo, violência e poder. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2009, p. 377-397.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 13 maio 2020.

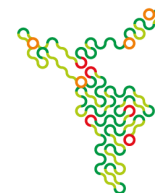
BRASIL. **Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. **Mapa da Violência Contra a Mulher 2018**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

CERQUEIRA, Daniel et al. (Orgs.). **Atlas da Violência 2020**. Brasília: 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020> . Acesso em: 20 ago. 2020.

DUARTE, Marcela; AFONSO, Nathália. **8M: ONG alerta para imprecisão em dados oficiais de feminicídio; veja estatísticas**. Revista Piauí, Folha de São Paulo [on-line], 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2021/03/08/ong-alerta-impresao-dados-mulher/>. Acesso em: 09 jun. 2021.

FALEIROS, Eva. Violência de gênero. In: TAQUETTE, Stella R. (Org.). **Violência contra a mulher adolescente/jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 61-65.



FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. Paris: Éditions Gallimard, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

INSTITUTO Patrícia Galvão. **Ligue 180**: balanço semestral de janeiro a junho de 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/ligue-180-balanco-semester-janeiro-a-junho-de-2018-spm-mdh-2018/>. Acesso em: 10 set. 2019.

MAIA, Cláudia. Sobre o (des)valor da vida: feminicídio e biopolítica. **História**, Assis/Franca, v. 38, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742019000100309&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 ago. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 07-18, 1994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/dgQ85GcNMfTCPByHzZTK6CM/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. **Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres**. Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/104, de 20 de Dezembro de 1993. Disponível em: [https://popdesenvolvimento.org/publicacoes/temas/descarregar-ficheiro.html?path=4\)+Direitos+Humanos%2Fc\)+G%C3%A9nero%2FDeclara%C3%A7%C3%A3o+Sobre+A+Elimina%C3%A7%C3%A3o+Da+Viol%C3%Aancia+Contra+As+Mulheres.pdf](https://popdesenvolvimento.org/publicacoes/temas/descarregar-ficheiro.html?path=4)+Direitos+Humanos%2Fc)+G%C3%A9nero%2FDeclara%C3%A7%C3%A3o+Sobre+A+Elimina%C3%A7%C3%A3o+Da+Viol%C3%Aancia+Contra+As+Mulheres.pdf). Acesso em: 07 jun. 2021.

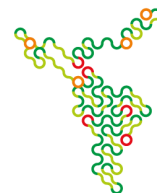
PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2018.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 15, n.2, jul./dez., 1990. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 09 jun. 2021.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid/Argentina: Traficantes de Sonhos, 2016.

UNIVERSA. Dia Contra a Violência à Mulher: 10 dados mostram por que falar sobre isso. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/10/10/dia-contra-a-violencia-a-mulher-10-dados-explicam-por-que-falar-sobre-isso.htm>. Acesso em: 09 abr. 2021.

VALOBRA, Adriana. Violências silentes. In: TORNQUIST, Carmen Susana [et. al.] (Orgs.). **Leituras de resistência**: corpo, violência e poder. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2009, p. 119-143.



CULTURA, CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS BIBLIOTECAS E CENSURA NA BIENAL DO LIVRO

Viviane Paula Salini Mirandola¹
Antonio Cavalcante de Almeida, Dr.²
Idorlene da Silva Hoepers, Dra.³

Resumo: Como caracterizar, compreender ou explicar nosso estilo de vida, nossas crenças, costumes, hábitos e práticas sociais se não por meio de nossa cultura? A partir deste questionamento, assumimos que, à medida que evoluímos cultural e historicamente, somos seres histórico-culturais. Nesta comunicação, objetivamos conceituar cultura descrevendo sucintamente a criação histórica das bibliotecas, a partir dos teóricos que discutem o tema, além de realizar análise comparativa acerca do filme “O Nome da Rosa” e o recolhimento de livros ocorrido em 07/09/2019, no Rio de Janeiro, durante a Bienal do Livro, para refletirmos a respeito da censura aplicada a livros e a bibliotecas, ocorrida não apenas na Bienal do Livro, mas no contexto histórico. Os procedimentos metodológicos orientadores desta produção ancoram-se no levantamento e análise bibliográfica de material físico e digital e de produção cinematográfica. Assim, se as culturas não são estáticas e sim permeadas pelos fatos sociais, se somos resultados das práticas sociais e de tudo o que nos alimenta e se, no filme, o acesso a materiais proibidos tinha como consequência a morte, no futuro, para a sociedade, quais serão as consequências das medidas de censura como a ocorrida na Bienal? Esta ação seria o ápice ou apenas um sinal de que corremos sérios riscos de sofrer processos de cerceamento que podem afetar profundamente nossa sociedade, seja fisicamente ou intelectualmente? Estas são questões que alimentam o debate e a reflexão.

Palavras-chave: Cultura. Biblioteca. Sociedade. Censura.

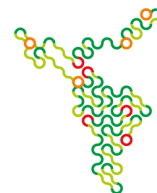
Culture, historical development of the libraries and censorship at Bienal do Livro

Astract: How to characterize, understand or explain our lifestyle, our beliefs, traditions, habits and social practices if not through our culture? From this inquiry, we assume that, as we evolve culturally and historically, we are historical cultural beings. In this communication, we aim to conceptualize culture by briefly describing the historical creation of libraries, from the theorists who discuss the theme, in addition to analytically compare the film “The Name Of The Rose” and the seizure of books that took place on 07/09/2019, in Rio de Janeiro, during the Bienal do Livro, to reflect on the censorship applied to books and libraries, which occurred not only at the Bienal do Livro, but in the historical context. The methodological procedures guiding this production are anchored in the survey and bibliographic analysis of physical and digital material and film production. Thus, if

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto Federal Catarinense - IFC campus Camboriú - Brasil. Bolsista do Programa UNIEDU do Estado de Santa Catarina.

² Docente de Sociologia do Departamento de Turismo, Hospitalidade e Lazer (DTHUL) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE campus Fortaleza - Brasil.

³ Docente do Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado Acadêmico em Educação do Instituto Federal Catarinense - IFC campus Camboriú - Brasil.



cultures are not static but permeated by social facts, if we are the result of social practices and everything that feeds us, and if in the film, access to prohibited materials had the consequence of death in the future for society, what will be the consequences of censorship measures such as the one at the Bienal? Would this action be the culmination, or just a sign that we are in serious danger of suffering restraint processes that can deeply affect our society, whether physically or intellectually? These are questions that fuel debate and reflection.

Keywords: Culture. Library. Society. Censorship.

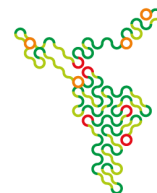
INTRODUÇÃO

As sociedades interpretam e tratam distintamente, inclusive, as necessidades básicas fisiológicas do ser humano (CUCHE, 1999). Assumindo esta perspectiva, somos feitos daquilo que nos alimenta e nos movimenta, ou seja, do que alimenta o nosso corpo e as nossas ideias e, conseqüentemente, impulsiona ações como a criação de instituições. Somos, a cada instante, distintos, por sermos seres histórico-culturais, com capacidade de reflexão sobre como as culturas permeiam o processo de evolução humana e das instituições sociais. Para Cuhe (1999, p. 10) “[...] O longo processo de hominização, começado há mais ou menos quinze milhões de anos, consistiu fundamentalmente na passagem de uma adaptação genética ao meio ambiente natural a uma adaptação cultural [...]”. Assim, a evolução cultural é abordada como aspecto indissociável à evolução humana.

Neste texto objetivamos conceituar cultura, descrevendo sucintamente a criação histórica das bibliotecas, a partir dos teóricos que discutem o tema, além de realizar análise comparativa acerca do filme “O Nome da Rosa”, lançado em 1986, sob a direção de Jean-Jacques Annaud, e o recolhimento de livros ocorrido em 07/09/2019, no Rio de Janeiro, durante a Bienal do Livro, para refletirmos a respeito da censura aplicada a livros e a bibliotecas, não apenas na Bienal do Livro, mas no contexto histórico.

A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo consistiu em levantamento e análise bibliográfica de material físico e digital e de produção cinematográfica. Inicialmente foi realizada análise bibliográfica seguida da verificação de notícias sobre a tentativa de recolhimento de obras na Bienal do Livro do Rio de Janeiro. A seguir, realizamos a apreciação e a comparação do filme “O Nome da Rosa” aos fatos ocorridos no evento literário, chegando às reflexões aqui contempladas.

Na sequência, apresentamos o conceito de cultura, o breve percurso histórico das bibliotecas, a problematização vinculada à Bienal e ao filme e as considerações.



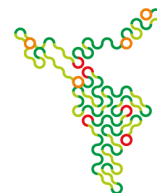
O CONCEITO DE CULTURA

Os comportamentos humanos, uma vez que a noção de cultura se aplica unicamente ao que é humano, são orientados pela concepção cultural e social. Para Lévi-Strauss (1980), a cultura de um povo pode ser transformada de várias formas, entre elas, pelos empréstimos culturais e por meio da aculturação, que é a fusão de culturas e promove a modificação de uma cultura em detrimento de outra. A generalização da concepção de cultura homogênea constitui-se em equívoco, dado que a humanidade é resultado do processo cumulativo das experiências de gerações e povos distintos que, na trajetória histórica, impulsionaram a evolução do homem e da sociedade. Além disso, “Existem muito mais culturas humanas do que raças humanas, pois que enquanto umas se contam por milhares, as outras contam-se pelas unidades [...]” (LÉVI-STRAUSS, 1980, p. 1).

As culturas são resultado e representação das relações humanas, uma vez que “[...] o que liga os homens é a sua cultura – as ideias e os padrões que têm em comum. [...]” (BENEDICT, 1934, p. 28). A cultura não é adquirida ou difundida por ser uma norma, mas por fazer parte do processo sócio-histórico no qual estamos inseridos. A cultura da humanidade é, dessa forma, a representação da cultura dos povos primitivos (CUCHE, 1999). Nestes sistemas complexos de evolução da humanidade as culturas permeiam os conhecimentos, as artes, as relações, os meios de produção, sendo sempre o resultado de um coletivo. Conforme descreve Laraia (2001):

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as investigações. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de uma comunidade. [...] (LARAIA, 2001, p. 45).

Nos processos coletivos de construção cultural ocorre a estruturação de distintas culturas. Boas (2004) enfatiza que por meio do relativismo cultural é exposta a particularidade de cada uma, destacando a importância do respeito, da valorização e da tolerância às distintas manifestações culturais, salientando que cada estrutura cultural possui sua relevância, não havendo superioridade e não havendo em um povo ou sociedade uma única tessitura cultural, mas a associação de culturas. Geertz (2008) amplia as ideias de cultura até aqui apresentadas defendendo um conceito semiótico que considera não apenas o ser e suas leis, mas o ser e os significados que suas relações e ações



produzem. Para ele “[...] o homem é uma animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu [...]” (GEERTZ, 2008, p. 4).

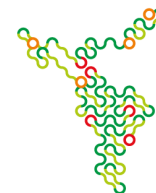
Numa abordagem mais contemporânea, os avanços tecnológicos, especialmente os da área da comunicação, criam novos conceitos e estruturas culturais. Além disso, ocorre a reconstrução dos signos em que, a exemplo das artes, passam a ser substancialmente subordinados ao capital. As novas formas de organização, que passaram de comunidades rurais isoladas para grandes centros urbanos, impulsionam a criação simbólica híbrida. A cultura urbana é protagonizada pelas novas tecnologias. (CANCLINI, 2008).

Nesta acepção, a abordagem semiótica relacionada à evolução cultural e social remete à reflexão sobre a influência simbólica de instituições sociais, tendo como foco a simbologia histórica e política das bibliotecas. Para melhor discutir estes aspectos, apresentamos algumas considerações a respeito da constituição histórica desses espaços.

O PERCURSO HISTÓRICO DA BIBLIOTECA

A escrita nada mais é do que um sistema simbólico que visa representar pensamentos, linguagens, ações por meio de códigos. O registro da palavra e a criação do livro perpassaram pela utilização de vários materiais: das pedras à argila, às tábuas de cera e ardósia, ao papiro, ao pergaminho, chegando ao papel, inventado pelos chineses (MAROTO 2012). Este último proporcionou grande avanço aos processos de registros da humanidade, ocasionando o significativo aumento de conteúdos escritos, processo que é acelerado após a descoberta da imprensa de Gutenberg, ocorrida em meados do século XV.

Contudo, bibliotecas existiram antes mesmo do surgimento dos materiais impressos. Santos (2012) apresenta, entre as mais significativas bibliotecas da antiguidade, a biblioteca de Nínive, que pertenceu ao Rei Assurbanípal II, que era composta por placas de argila. A Biblioteca de Pérgamo, localizada na Ásia Menor, reuniu grande número de eruditos e literatos e chegou a possuir 200 mil volumes. A Biblioteca de Alexandria, provavelmente a mais citada entre as bibliotecas da antiguidade, consagrou-se na história por sua contribuição às ciências, pelo seu vasto acervo e pelos episódios relacionados a incêndios que acabaram por extingui-la. Embora haja discordância, é possível perceber na literatura que o fim da Biblioteca de Alexandria ocorreu em função de crenças religiosas. Barbier (2018) relata que em 391 d.C. o bispo Teófilo comandou a destruição da biblioteca.

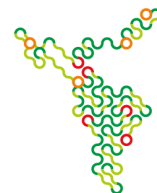


Vários foram os fatores que ocasionaram o fim de muitas bibliotecas, entre eles a qualidade dos materiais, as influências da natureza e do tempo e as guerras. Da mesma forma, não apenas na antiguidade, mas na idade média e na modernidade, as questões políticas e religiosas, geralmente ligadas às disputas por domínio de povos e territórios, motivaram destruições destes espaços. A censura aplicada pela religião, durante longo período, condenou à destruição todos os materiais escritos considerados profanos. Este processo atingiu inclusive as bibliotecas que prevaleceram na Idade Média: as monacais, as particulares e as universitárias (MARTINS, 2002).

No Brasil, a disseminação das bibliotecas é algo recente e ainda precário. Por aproximadamente três séculos as bibliotecas que existiam aqui eram de ordens religiosas, as mesmas ordens responsáveis pela educação/alfabetização realizada no país, uma vez que o Estado não assumiu tal papel. Nesse mesmo período, a impressão de livros ou outros materiais era proibida no Brasil Colônia pela corte portuguesa e a censura controlava as pouquíssimas bibliotecas existentes nos conventos e seminários. Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, uma nova fase histórica se impõe às bibliotecas: muitas ficaram esquecidas ou foram destruídas pela natureza ou pelos homens (MAROTO, 2012).

No período histórico seguinte, a corte portuguesa, ao chegar ao Brasil em 1808, trouxe consigo obras da Biblioteca Real, que constituíram, na cidade do Rio de Janeiro, a Real Biblioteca, fundada em 1810, que, em 1876, passou a denominar-se Biblioteca Nacional (BN). Ela tornou-se pública, porém somente “[...] No ano posterior a sua fundação, é franqueada ao público, mas facultada apenas aos estudiosos, àqueles que obtinham consentimento régio. Em 1814, é suprimida essa exigência, ficando totalmente aberta à população” (CASTRO, 2000, p. 45). No entanto, faz-se necessário pensar no significado de “aberta à população” uma vez que grande parte da sociedade era constituída por analfabetos e escravos. Os períodos da colonização e do império vividos no Brasil foram marcados pela proibição de produção e pelo controle fiscalizatório aos materiais impressos adquiridos fora do país, havendo institucionalização da censura à aquisição e posse de tais materiais.

A análise histórica nos leva a concluir que a censura aos livros e às bibliotecas esteve presente desde o processo de colonização, perpassando pela ditadura, e que se apresenta atualmente em ações como a ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, em 07/09/19, na Bienal do Livro, onde, a pedido da prefeitura municipal, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro autorizou o recolhimento de livros com a temática LGBT, que tinham como foco o público jovem e infantil.



A reflexão e a análise histórica e cultural são imprescindíveis a todo momento, visto que, se não conhecermos o passado que nos constitui e a cultura que nos edifica, poderemos incorrer em graves contradições na construção do futuro. Nesta lógica, muito há para descrever a respeito da história do livro e da biblioteca no contexto nacional. Contudo, dada a limitação de espaço para ampliar esta discussão, passaremos a uma breve análise comparativa entre fatos ocorridos na Bienal do Livro do Rio de Janeiro e o filme “O Nome da Rosa”.

O NOME DA ROSA X BIENAL DO LIVRO DO RIO DE JANEIRO: UMA MERA COINCIDÊNCIA?

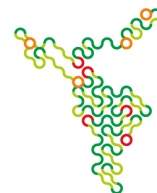
“O Nome da Rosa” é um romance escrito por Umberto Eco, no ano de 1980 e, posteriormente, no ano de 1986, sob a direção de Jean-Jacques Annaud, adaptado para o cinema. A história situa-se no século XIV, em um mosteiro da Itália, enquanto a Bienal do Livro do Rio de Janeiro é um evento literário que proporciona o encontro do leitor com livros e culturas (BIENAL DO LIVRO, 2019).

No filme, ocorre uma série de mortes, que levam muitos a acreditar em “obra do demônio”. No entanto, ao final, o mistério é desvendado: os assassinatos estão relacionados ao acesso a conteúdos da misteriosa biblioteca, que ficava camuflada em labirintos do mosteiro. Destacamos aqui os termos “camuflada” e “labirinto” e realizamos, paralelamente, a análise da declaração do prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, que, conforme notícias veiculadas,⁴ afirmou que ‘Livros assim precisam estar em um plástico preto, lacrado, avisando sobre o conteúdo’ (ROUVENAT, 2019).

Constatamos, em ambos os casos, a simbologia de que as ideias consideradas inadequadas, segundo os princípios de alguns, devem ficar em locais de pouca luz (labirinto, plástico preto). Neste contexto, devem ficar restritas, escondidas, pois ameaçam a ordem social, à medida que podem tornar os homens esclarecidos e libertos do medo e do preconceito. A luz seria, simbolicamente, fator ameaçador que impulsionaria a consciência crítica e a libertação do medo das ideias preconizadas por algumas doutrinas ou por alguns indivíduos.

No filme, quem acessasse livros considerados proibidos acabava por ser exposto à censura em sua forma mais extrema: a morte. O medo da igreja de perder o controle sobre o conhecimento, de

⁴ As notícias foram consultadas no site <https://g1.globo.com/>. O link de acesso encontra-se disponível nas referências deste texto.



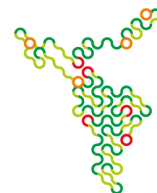
que ideias por ela consideradas hereges se propagassem e de que seus seguidores se tornassem esclarecidos é recorrente no filme e na realidade da humanidade, no passado e no presente. A este propósito, seria, hoje, esse o medo atual do Estado ao permitir, ou ordenar, o recolhimento de obras na Bienal do Livro sob a argumentação de que a ilustração de duas pessoas do mesmo sexo se beijando é inadequada e que as obras deveriam ser comercializadas lacradas e com advertência sobre o seu conteúdo? Seria ameaçador que as pessoas se libertassem dos preconceitos contra homossexualidade, por exemplo? Séculos após a queima, a destruição e o abandono de bibliotecas, estamos libertos da censura ou sob vigília constante?

As simbologias presentes, tanto no filme quanto na Bienal do Livro são manifestações de intolerância. Os monges escondiam todos os materiais que apresentavam contestações ou dicotomia da ideologia da igreja católica e na Bienal pretendia-se negar o acesso a obras por apresentarem referência à homossexualidade. Ficar alerta aos fatores que motivaram o ato de cerceamento na Bienal do Livro, buscando compreender os sinais de intolerância cultural que podem ameaçar a sociedade, é imprescindível na perspectiva da luta pela democracia e pelo respeito à diversidade cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os conceitos apresentados, é possível perceber que até mesmo as necessidades básicas dos indivíduos são interpretadas distintamente em diferentes culturas e que o comportamento humano é resultado de processo cumulativo de experiências. Os sistemas simbólicos contribuem na construção e na caracterização da cultura. Logo, cabe-nos refletir a respeito da simbologia expressa nas manifestações de intolerância e de censura descritos neste texto. Seriam os fatos recentes sinais de retrocesso ou uma denúncia de que vivemos uma precária evolução cultural, em que os preconceitos e intolerâncias estão apenas disfarçados, mas continuam mais vivos do que em épocas anteriores?

Por detrás da máscara da democracia, o Estado é utilizado para a institucionalização da censura. O contraditório, o diferente e o novo deixam de existir e a legalidade passa a ser assumida do ponto de vista da autoproclamação. Outrossim, ao estudarmos as civilizações, e dentro delas, as manifestações da arte e da religião, com relativa facilidade localizamos ocorrências que possibilitam “[...] perguntar-nos se as sociedades humanas não se definem, face às suas relações mútuas, por um determinado *optimum* de diversidade para além do qual elas não poderiam ir, **mas abaixo do qual**



também não podem descer sem perigo” (LÉVI-STRAUSS, 1980, p. 3, grifo nosso). Por consequência, seria a nossa sociedade incapaz de atingir uma estruturação cultural que eliminasse o preconceito e a inferiorização? Ainda, possuímos a capacidade de identificar quando nos encontramos em condição que ameaça a dignidade e a evolução humana?

Por fim, o filme aqui mencionado, que retrata a realidade vivida nos mosteiros, e, paralelamente, o evento ocorrido na Bienal configuram-se em aspectos simbólicos que recapitulam a história da humanidade e que sugerem que a história é cíclica, havendo em cada nova etapa a reestruturação cultural, mas que, embora recomposta, mantêm-se traços da essência da cultura. Ou seja, evoluímos, mas continuamos presos às amarras do passado.

REFERÊNCIAS

BARBIER, Frédéric. **História das bibliotecas:** de Alexandria às Bibliotecas Virtuais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura.** Lisboa: Livros do Brasil, 1934.

BIENAL DO LIVRO. **O Evento.** Disponível em: <<https://www.bienaldolivro.com.br/informacoes-gerais/>>. Acesso em: 14 out. 2019.

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

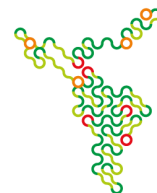
CASTRO, César. **História da biblioteconomia brasileira:** perspectiva histórica. Brasília: Thesaurus, 2000.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Bauru: Edusc, 1999.

GEERTZ Clifford. **Interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LÉVI-STRAUSS Claude. **Raça e História.** 2. ed. São Paulo: Abril cultural, 1980. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2844023/mod_resource/content/1/L%C3%89VI-STRAUSS%2C%20Claude_Ra%C3%A7a%20e%20hist%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2019.



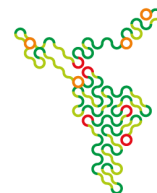
MAROTO, Lucia Helena. **Biblioteca escolar, eis a questão!:** do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita:** história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

O NOME DA ROSA. Direção: Jean-Jaques Annaud. 130 min, 1986. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=uqL7gn13JoQ>>. Acesso em: 24 out. 2019.

ROUVENAT, Fernanda. **g1.globo.com**. Fiscalização na Bienal não encontra livros em 'desacordo' com as normas, diz prefeitura. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/06/prefeitura-do-rio-realiza-fiscalizacao-na-bienal-do-livro-contra-conteudo-considerado-improprio.ghtml>>. Acesso em: 14 out. 2019.

SANTOS, Joseil Machado. O Processo evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e de Documentação**. São Paulo, v.8, n. 2, p. 175-189, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/237>>. Acesso em: 23 out. 2019.



UMA BELEZA IRREAL: SIMULAÇÕES E SIMULACROS NOS COMERCIAIS DE O BOTICÁRIO

Gutemberg Alves Geraldês Junior ¹

Lucas Dallagnol ²

Resumo: Este trabalho tem por objetivo averiguar simulações e simulacros na concepção de estereótipos nos anúncios publicitários selecionados, buscando entender como a beleza é transformada em uma ferramenta para encantar as pessoas e facilitar o processo de venda de uma mercadoria. Utilizamos como objetos de estudo dois comerciais d'O Boticário: "Oba! Chegou Cuide-se Bem Deleite" e "Dia dos Namorados O Boticário". Trata-se de uma análise básica e qualitativa da ação de simulações e simulacros, com suporte em especial das teorias de Baudrillard (1991), na construção de estereótipos nas duas propagandas, pela qual constatou-se que tais narrativas publicitárias estão envolvidas, contraditoriamente, por um discurso de inclusão. O que resulta na produção de uma beleza irreal, mas que por seu excesso de perfeição nos parece mais verdadeira do que a própria realidade.

Palavras-chave: Estética, Mercadoria, Beleza, Simulacro, Propaganda.

An unreal beauty: simulations and simulacra in the commercials of O Boticário

Summary: This work aims to investigate simulations and simulacrum in the conception of stereotypes in selected advertisements, seeking to understand how beauty is transformed into a tool to delight people and facilitate the process of selling a product. We used two commercials from O Boticário as objects of study: "Oba! Arrived Cuide-se Bem Deleite" and "Valentine's Day O Boticário". This is a basic and qualitative analysis of the action of simulations and simulacrum, with support in particular from the theories of Baudrillard (1991), in the construction of stereotypes in the two ads, which made it possible to verify that such advertising narratives are involved, contradictorily, by a discourse of inclusion. This results in the production of an unreal beauty, but which, due to its excess of perfection, seems more true to us than reality itself.

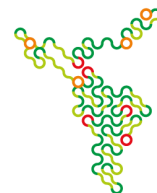
Keywords: Aesthetics, Merchandise, Beauty, Simulacro, Advertising.

Introdução

Por conta de sua capacidade de fascinação, a beleza revelou-se como um poderoso mecanismo para se obter algo de alguém. Então o mercado passou a utilizá-la para promover a venda de mercadorias, resultando em padrões estéticos distantes da realidade, que se tornam objetos de desejo

¹Doutor em Ciências da Linguagem e Professor do Curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Satc (Criciúma – SC). E-mail: gutemberg.geraldes@satc.edu.br

²Graduando em Publicidade e Propaganda da Faculdade Satc (Criciúma – SC). E-mail: lucas.dallagnol77@gmail.com



das pessoas e manipulam seu comportamento. Com isso, surge a seguinte pergunta a ser respondida: como simulações e simulacros atuam na construção de estereótipos nas propagandas de O Boticário?

Foram esses fatos que motivaram o desenvolvimento deste trabalho, o qual vai analisar como a publicidade utiliza a beleza irreal para encantar as pessoas e fazer com que elas desejem o produto anunciado, tendo como objetos de estudo os comerciais “Oba! Chegou cuide-se bem deleite” e “Dia dos Namorados O Boticário”, da empresa O Boticário. Define-se, então, como objetivo geral: averiguar simulações e simulacros na construção de estereótipos nas propagandas de O Boticário. Para alcançar tal propósito, tem-se como objetivos específicos: (a) demonstrar as diferenças entre simulações e simulacros; (b) conceituar estereótipos; (c) apresentar alguns conceitos filosóficos e históricos de beleza.

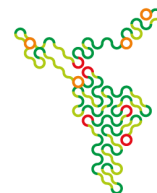
Esta investigação justifica-se pelo fato de nós, enquanto profissionais de comunicação, estarmos envolvidos com a construção e a propagação de mensagens que se utilizam de artifícios, como o da beleza, para se fazerem efetivas. Ela ainda fortalece os estudos na área da estética, oferecendo ao mercado e à academia mais um olhar em direção ao entendimento dos efeitos da atividade publicitária sobre a sociedade.

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica com parâmetros científicos, neste caso, simulações, simulacros, mercadoria e estereótipos. A abordagem é identificada como qualitativa, enquanto os procedimentos técnicos se desenvolvem a partir de pesquisa bibliográfica e um breve estudo de caso dos comerciais “Oba! Chegou Cuide-se Bem Deleite” e “Dia dos Namorados O Boticário”.

O que é beleza?

A reflexão sobre o que é o belo começou, como relata Oliveira (2005), com Platão (428/427 a.C. - 348/347 a.C.) na Grécia Antiga. Ao longo da história, diferentes ideias surgiram acerca de tal inquietação estética. Dois desses conceitos mais conhecidos foram trazidos justamente por Platão e Aristóteles (outro filósofo grego).

A teoria platônica fala da existência de dois mundos, o das ideias e o dos sentidos, colocando o segundo como uma cópia do primeiro, conforme Oliveira (2005). O autor menciona que, nesta teoria, os elementos da realidade sensível seriam belos, em maior ou menor grau, dependendo de sua conexão com a beleza suprema, a qual, para Platão, era eterna e residia no mundo ideal: “É uma



realidade que se acha além desse mundo em que tudo muda e perece: a beleza transcendente, eterna e imutável, incomparavelmente mais real que as belezas transitórias percebidas com os olhos e os ouvidos; esta beleza existe como idéia [sic]” (OLIVEIRA, 2005, p.94).

Aristóteles, por sua vez, pensava de maneira diferente. Segundo Machado (2016), o filósofo encontrou no plano sensorial a origem da beleza, pois ele a considerava como sendo intrínseca ao homem e ao mundo real, manifestando-se por meio de critérios que tornam as coisas belas, tais como proporção, ordem e harmonia.

A beleza e seus padrões estereotipados

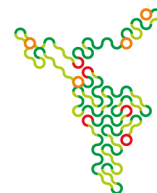
Segundo Pereira (2002) (apud LEITE; BATISTA, 2009), estereótipos são conceitos desenvolvidos em sociedade de maneira inconsciente, que podem gerar uma relativa identificação entre as pessoas. Eles são transmitidos por meio das relações interpessoais e também da mídia. Esta ainda é capaz de construí-los e reforçá-los (LEITE; BATISTA, 2009).

Na produção de estereótipos, frequentemente, os atributos escolhidos para promover a identidade do grupo não são características comuns a todos (DIANA, 2018). Isto faz com que pessoas que não se encaixam nessas generalizações tornem-se alvos de preconceitos, como fala Diana (2018).

Dentro dos padrões estereotipados encontra-se o da beleza. Este ideal, segundo Novais Carneiro e Ferreira (2014), tem o seu ápice de belo no corpo magro e sarado e, ainda hoje, no modelo estético europeu: pele branca e olhos claros. Porém, com os anseios sociais por maior representatividade, cada vez mais uma diversidade de características estéticas, aparentemente, vem sendo exaltada.

Neste sentido, Leite e Batista (2009) contam que os meios de comunicação também são importantes. Afinal, o mesmo poder midiático utilizado para estabelecer padrões pode ser direcionado ao rompimento destes ou à criação de padrões inclusivos. Diante disto, os autores destacam dois tipos de propaganda. A primeira traz o discurso politicamente correto, que coloca pessoas vítimas de preconceito, em sua narrativa, apenas de maneira figurativa, sem gerar reflexão. Ou seja, para Leite e Batista (2009):

[...] a propaganda politicamente correta [...] não enfrenta as crenças sociais tentando mudá-las [...] expressa apenas o direito de igualdade imposto pelas diretrizes sociais sem nenhum estímulo à reflexão. Mas, na prática, [...] apenas conter um indivíduo, integrante de grupo minoritário, no discurso pode alertar para a possível promoção de um preconceito moderno, disfarçado. (LEITE; BATISTA, 2009, p. 9 - 10)



Contrapondo à publicidade politicamente correta, apontam Leite e Batista (2009), existe o discurso publicitário contraintuitivo. Este não apenas contém indivíduos alvos de preconceitos, mas também os colocam como protagonistas da mensagem, lugares normalmente restritos a grupos dominantes (LEITE; BATISTA, 2009).

A beleza como mercadoria

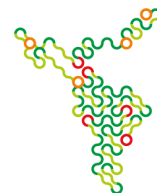
Com o passar do tempo, conforme Fritz Haug (1997), as mercadorias deixaram de ser produzidas exclusivamente para suprirem necessidades humanas e adquiriram a função essencial de serem vendidas. Diante deste fator, e da circunstância de que a utilidade de um produto só é comprovada depois que este for comprado e usado, a promessa de utilidade da mercadoria, o que ela aparenta ser, transformou-se em um elemento fundamental para a sua aquisição. Segundo Fritz Haug (1997, p. 26 - 27):

Da perspectiva do valor de troca importa [...] apenas o valor de uso prometido por sua mercadoria. Aqui reside desde o princípio uma ênfase acentuada [...] na manifestação do valor de uso que [...] desempenha tendencialmente o papel de mera aparência. [...] A aparência torna-se importante – sem dúvida importantíssima - na consumação do ato da compra, enquanto ser. “O que é apenas algo, mas não parece um “ser”, não é vendável. O que parece ser algo é vendável”.

Para que a transação ocorra, a aparência do valor de uso da mercadoria assume então formas artificialmente manipuladas e exageradas, como relata Fritz Haug (1997). Assim a mercadoria encanta o comprador com a aparência de sua utilidade, fazendo com a que venda se concretize (FRITZ HAUG, 1997).

Para Fritz Haug (1997), um dos mecanismos mais eficazes utilizados nesse processo para cativar as pessoas é a mercantilização da beleza. Por meio de imagens divulgadas pela propaganda, a indústria da beleza destaca aquilo que não possuímos, nossas insatisfações estéticas, e ao mesmo tempo alimenta nossas esperanças, mostrando que podemos ter sim tais coisas. Ela faz isto atribuindo aos seus produtos o poder de resolução dessas insatisfações (FRITZ HAUG, 1997).

Tal estratégia, segundo Fritz Haug (1997), faz com que nos enxerguemos na imagem da propaganda desfrutando dos benefícios anunciados pela mesma, o que, por sua vez, estimula a aquisição do produto. Assim nós caímos nesse mundo de aparências das mercadorias que, justamente pelo exagero da utilidade do produto, manifesta algo que não poderemos alcançar completamente. Já



que a “manifestação promete mais, bem mais do que ela jamais poderá cumprir” (FRITZ HAUG, 1997, p. 76).

Simulações e simulacros

Para alguns pensadores, outro elemento tem se mostrado tão inquietante quanto a questão da beleza: a compreensão da realidade. Este foi o tema de estudo do filósofo francês Jean Baudrillard (1991), o qual acredita que a realidade foi substituída pelos signos construídos pela sociedade. O filósofo diz que, quando ocorre a supervalorização dos signos em detrimento do real, surgem então as simulações e os simulacros. As simulações são imitações de objetos, seres e experiências, nas quais já não é possível distinguir o que é verdade e o que não é, o que é cópia e o que é original (BAUDRILLARD, 1991). Já os simulacros são elementos que distorcem a realidade, tornam-se mais verdadeiros do que a própria e assumem seu lugar, concebendo-se então uma hiper-realidade (BAUDRILLARD, 1991). Portanto, para Baudrillard (1991, p. 14):

A passagem dos signos que dissimulam alguma coisa aos signos que dissimulam que não há nada, marca a viragem decisiva. Os primeiros referem-se a uma teologia da verdade e do segredo [...]. Os segundos inauguram a era dos simulacros e da simulação, [...] onde já não existe Juízo Final para separar o falso do verdadeiro, o real da sua ressurreição artificial.

Como uma forma de esconder, de dissimular seu caráter artificial e afirmar sua autenticidade, o mundo hiper-real, segundo Baudrillard (1991), produz até mesmo elementos negativos que “comprovam” a existência do caráter verossímil e positivo da hiper-realidade. “Trata-se sempre de provar o real pelo imaginário, provar a verdade pelo escândalo, provar a lei pela transgressão, provar o trabalho pela greve [...]” (BAUDRILLARD, 1991, p. 28).

A construção e a propagação da hiper-realidade se devem principalmente, segundo Baudrillard (1991), aos meios de comunicação, que são capazes de manipular o real e supervalorizar o ecossistema artificial. Comentando sobre a publicidade, Baudrillard (1991) diz que a mesma absorveu e esgotou todas as nossas formas de expressão. O filósofo relata que a sociedade foi dissolvida em imagens, em signos pelo formato publicitário, colocando-se, com isso, o social no domínio da oferta e da procura e da hiper-realidade (BAUDRILLARD, 1991).

Esse pensamento de que o mundo está tomado pelos simulacros é compartilhado, segundo Lelis (2017), por outro filósofo: Gilles Deleuze. Mas Deleuze enxerga um potencial positivo no simulacro, argumentando que este produz um novo ponto de vista, que se distingue da visão trazida

pelo elemento imitado (DELEUZE, 2006 apud LELIS, 2017). Para Deleuze, então, pode-se construir os simulacros de forma que as novas perspectivas criadas por eles representem aspectos positivos em nossa realidade.

Análise

Com o passar dos anos, a empresa de cosméticos O Boticário tornou-se reconhecida por seu discurso socialmente inclusivo. Um fato determinante para o desenvolvimento deste trabalho, pois nos interessava saber se este é um discurso genuíno. Para tanto, apresentamos a primeira propaganda analisada.

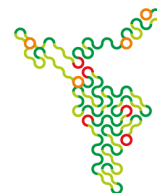
FIG. 1 – OBA! CHEGOU CUIDE-SE BEM DELEITE



Disponível em: <<https://youtu.be/ytJeqVFHH88>>

No comercial “Oba! Chegou cuide-se bem deleite!”, uma garota está dentro de um elevador quando este, de repente, trava. Antes que apertasse o alarme, a jovem desiste ao ouvir a música que toca no rádio do elevador. Em seguida ela retira um creme da bolsa, pertencente à linha de produtos anunciada, e passa em seu braço. A partir daí o elevador transforma-se em um palco onde a jovem começa a cantar, com mais algumas mulheres, a mesma música que acabara de ouvir. No fim tudo se normaliza: a garota volta ao elevador, que já está funcionando, e então aparecem os itens da linha “Cuide-se Bem Deleite”.

Analisemos, primeiramente, o principal argumento para a venda o produto. No final do comercial, uma voz feminina diz que “a hora de se cuidar pode ser mais divertida”. Assim, ao usar o creme da linha anunciada no elevador travado, a protagonista transforma esta situação desconfortável, que pode representar o ritual comum de cuidados com a beleza, em algo mais agradável e alegre.



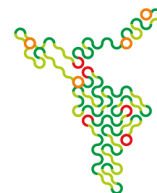
Desta forma, esse discurso se vale de um artifício apontado por Fritz Haug (1997), o exagero da aparência de utilidade da mercadoria. Já que, neste contexto, o creme não apenas hidrata e perfuma a garota, mas também garante mais diversão a ela. Tal benefício, o do divertimento, não está presente nas características físicas do produto, isto é, esta qualidade precisou ser construída pelo comercial. Sendo ela o principal argumento de venda, quando alguém adquire a mercadoria anunciada, é como se a pessoa estivesse comprando, na verdade, o próprio comercial. Isto está alinhado ao pensamento de Baudrillard (1991), pois o filósofo diz que, se antigamente o produto era a sua propaganda por meio de sua utilidade, hoje a propaganda tornou-se, ela mesma, o bem de consumo com seus benefícios aparentes.

Outro elemento persuasivo no anúncio é o fato dele mostrar às pessoas, mais especificamente às mulheres, aquilo que elas não possuem, mas que podem ter. Ou seja, que é possível, para quem tem o produto divulgado no comercial, ficar perfumado e bonito de um jeito mais prazeroso e descontraído, sem se esforçar intensamente para isso.

Assim as mulheres são encantadas pela aparência da mercadoria na propaganda. Com isso, projetam-se no lugar da protagonista da história, afinal, “a aparência na qual caímos é como um espelho, onde o desejo se vê e se reconhece como objetivo” (FRITZ HAUG, 1997, p. 77).

As imagens transmitidas pelo comercial, dessa forma, fazem mais do que vender um produto. As mulheres colocam-se no lugar da jovem do anúncio porque a realidade criada por ele é alegre e perfeita. Nesta [realidade alternativa], as dificuldades são superadas facilmente, só há gente sorrindo, dançando, se divertindo. Isto é, na realidade da propaganda tudo é mais bonito. Um discurso que podemos ver explícito em slogans já usados pela empresa, como: “Aqui a vida é linda” e “A vida é bonita. Mas pode ser linda”. Vende-se a ideia de que, com os produtos de O Boticário, as pessoas se tornam mais bonitas e felizes. Portanto, este real idealizado da propaganda faz com que queiramos viver nele, por ser mais encantador do que aquilo que realmente vivemos. Tal circunstância, de supervalorização de um ecossistema artificial em detrimento do real, aponta para o conceito de hiper-realidade, trazido por Baudrillard (1991).

Para compreendermos mais profundamente a concepção de beleza do comercial de O Boticário, observemos agora as personagens da história. Além da protagonista, existem outras quatro moças com diversas características, algumas das quais diferem dos padrões estéticos geralmente valorizados pela mídia. O que confere à narrativa um aparente aspecto de representatividade e, assim,



a aproxima da propaganda contraintuitiva, aquela que coloca grupos marginalizados em destaque no enredo (LEITE; BATISTA, 2009). Porém, ao nos voltarmos à protagonista e sua relação com demais garotas, podemos enxergar as coisas por um novo ângulo.

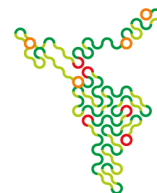
A personagem principal da história (a moça do elevador) possui alguns traços negros: cabelos crespos e tom de pele mais escuro. Aspectos estes que novamente remetem à propaganda contraintuitiva. Entretanto, a garota também tem características físicas, como seus olhos claros, que a aproximam do modelo estético europeu. O qual ainda representa o modelo de beleza atual, como já disseram Novais Carneiro e Ferreira (2014).

As características da personagem principal, com aspectos europeus e distorcidas por maquiagem e efeitos audiovisuais, estão alinhadas ao discurso de perfeição trazido pela propaganda. A união destes fatores concebe então um padrão ideal de beleza, ou seja, um simulacro dela: um elemento artificial, como vimos em Baudrillard (1991), que surge da distorção de algo real e assume seu lugar.

Este modelo distorcido, mesmo sendo algo irreal, se transforma, contraditoriamente, na referência daquilo que é o “belo verdadeiro”. As mulheres definem então o quanto são bonitas de acordo com sua proximidade com o padrão de beleza do comercial. Surgem assim os estereótipos [estéticos], pois há aquelas que compartilham características com o modelo imposto e por isso se identificam em algum nível. Já as que não se encaixam no padrão são excluídas e, então, podem sofrer preconceitos (DIANA, 2018).

Ao trazer uma protagonista (posição mais relevante) detentora de um ideal de beleza, em meio a coadjuvantes (posição menos relevante) fora dos padrões vigentes, o comercial revela o efeito do simulacro em tornar-se mais “encantador” com relação à realidade (BAUDRILLARD, 1991). Além disso, a propaganda também se distancia do anúncio contraintuitivo e vai em direção ao politicamente correto: este, como sabemos, contém indivíduos vítimas de preconceito apenas para atender a necessidade de representação, mas sem protagonismo na história. Uma situação que não produz reflexão e ainda reforça estereótipos de forma velada (LEITE; BATISTA, 2009).

A circunstância citada acima remete ao que Baudrillard (1991) considera um artifício da hiper-realidade, o de simular algo para provar outro. Isto, portanto, ainda nos faz pensar que a protagonista tem determinadas características negras para mascarar a exaltação de seus aspectos europeus. Ou seja, o comercial procura esconder a reafirmação de estereótipos que produz tentando mostrar que, na



verdade, rompe com eles. Nesse sentido, a propaganda pode estar reforçando, por exemplo, o estereótipo de que mulheres gordas ou negras não possuem a essência da beleza. E de que uma moça jovem, magra e de traços europeus é que traz aquilo que é realmente belo.

Desta maneira, o comercial como um todo pode se tratar de uma tentativa de simulação de inclusão social, construída para vender sua mercadoria a diferentes públicos, ou melhor, para vender-se ele mesmo - o comercial – a pessoas distintas. “O próprio social caiu nas fileiras de uma <<empresa colectiva [sic]>> que assegura a sua publicidade em todas as direções” (BAUDRILLARD, 1991, p. 114).

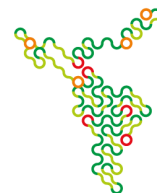
FIG. 2 – DIA DOS NAMORADOS O BOTICÁRIO



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=p4b8bmoldi>

A propaganda intitulada “Dia dos Namorados O Boticário” nos apresenta quatro casais que se encontram e, claro, se presenteiam com perfumes de O Boticário. No começo, parecia ser mais uma história padrão de pessoas heterossexuais, mas o desfecho nos surpreende revelando diferentes tipos de casais, contemplando “amores” homossexuais e de idades distintas. Logo, com tal diversidade, a mensagem publicitária torna-se socialmente inclusiva. O que é manifestado também pela trilha sonora: uma versão instrumental da música “Toda Forma de Amor”, de Lulu Santos.

Ao contrário da propaganda analisada anteriormente, esta nos parece verdadeiramente reflexiva e contestadora. Seu discurso coloca em posição de destaque, no comercial, pessoas pertencentes a grupos discriminados, como os homossexuais. Tal situação pode, mais uma vez, relacionar-se ao conceito elucidado por Leite e Batista (2009): o enredo publicitário contraintuitivo. Porém, é preciso verificar com maior profundidade esta possível disrupção abordando, novamente, os aspectos físicos dos personagens da história: todos eles são pessoas brancas e magras. Levando em



conta esses atributos, eles estão, assim como a protagonista da propaganda anterior, próximos do padrão de beleza ainda hegemônico, o modelo europeu (NOVAIS CARNEIRO; FERREIRA, 2014).

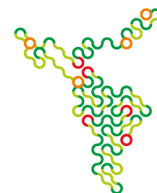
Tais indivíduos, por se tratar de um comercial, obviamente têm suas características mascaradas, até certo ponto, com maquiagem e outros artifícios. Isto impacta especialmente os dois personagens mais velhos: um dos homens homossexuais e uma mulher que se relaciona com um rapaz. Ainda que tenham características da maturidade, eles são dotados de uma aparente jovialidade. Dessa forma, representa-se artificialmente a velhice, colocando como ideal de beleza nessa fase da vida a aparência jovial.

Fazendo um paralelo com o pensamento de Baudrillard (1991), esta representação artificial distorce a realidade e produz algo mais cativante do que a maturidade real: um simulacro. Este se transforma na referência do que é envelhecer com dignidade, de um “jeito belo e verdadeiro”. Tudo isso dá origem a um estereótipo de idoso, levando as pessoas a combaterem os atributos inerentes à velhice, como as rugas, especialmente por meio da aquisição e utilização de mercadorias. É como se, em nossa sociedade, não fosse mais permitido envelhecer.

Ademais, esses dois indivíduos que representam a mensagem inclusiva da propaganda, de que amor não tem idade ou gênero, podem, na verdade, estar servindo à estratégia de venda a mercados pouco explorados, abordada por Fritz Haug (1997). Afinal, com esse suposto discurso inclusivo o comercial consegue alcançar algumas pessoas que não costumam “consumir O Boticário” por não se sentirem prestigiadas.

O discurso verbal do comercial, aliás, é capaz de reforçar a contestação de seu “espírito disruptivo”. No fim da propaganda, uma voz feminina fala: “[...] entregue-se às Sete Tentações de Egeo”. Uma referência ao produto anunciado, a linha de perfumes “Sete Tentações de Egeo”. Tal nome parece aludir aos Sete Pecados Capitais. Lembremo-nos então que a homossexualidade é, ainda hoje, estigmatizada como pecado por parte da sociedade. Assim, mesmo que supostamente a intenção da propaganda seja desestigmatizar os homossexuais e dar-lhes direitos iguais, não se pode descartar a possibilidade desta narrativa reforçar, implicitamente, o estereótipo de que a homossexualidade é pecado.

Com base nos relatos acima, vem à tona o pensamento de Baudrillard (1991) sobre o mecanismo hiper-real de simular um atributo para ocultar a propagação de outro. Posto que, tal e qual na propaganda anteriormente analisada, é isto que acontece nesta. Seu discurso rompedor de



percepções pode se tratar de uma simulação produzindo uma dissimulação. Afinal, ele esconde que, na verdade, está reafirmando estereótipos: de que o ideal de beleza pertence à aparência jovem e que a homossexualidade é algo pecaminoso. Com isso, a representação de diferentes casais pelo comercial seria uma forma de compor e fortalecer a simulação, tornando crível a imagem socialmente inclusiva da empresa O Boticário.

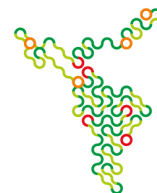
Considerações finais

A compreensão filosófica da beleza e enquanto mercadoria, de estereótipos e da hiper-realidade, permitiu alcançar o objetivo geral desta pesquisa: verificar como simulações e simulacros agem na construção de estereótipos nas propagandas de O Boticário. Compreendemos que os simulacros e as simulações distorcem a aparência dos indivíduos e produzem uma beleza irreal, além de mascarar tudo isso por meio de uma “encenação”, a qual diz justamente o contrário: que a mensagem é sim inclusiva e a beleza ali presente é, ou pode ser, real. Esta distorção e dissimulação, então, tornam o ideal de belo dos comerciais mais encantador e “verdadeiro” do que o que existe genuinamente, transformando-se naquilo que as pessoas devem buscar ser.

Assim foi possível chegar à conclusão de que, apesar dos discursos dos anúncios serem aparentemente inclusivos, na verdade eles mais reafirmam estereótipos, de maneira velada, do que rompem com os mesmos. Neste caso, a imagem inclusiva de O Boticário pode ser considerada essencialmente como um mecanismo de venda. Portanto, acreditamos que a importância deste artigo está em servir de referência a outros, cujo propósito seja a observação dos efeitos da atividade publicitária, sendo um pequeno, porém necessário, caminho trilhado no vasto campo da Estética. Contudo, o maior valor das reflexões aqui trazidas é estimular a compreensão da realidade com um olhar mais crítico, capaz de enxergar para além do que se apresenta.

Referências

- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- DIANA, Daniela. **Estereótipo**. Toda Matéria. 2018. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/estereotipo/>>. Acesso em: 09 de abril de 2019.
- FRITZ HAUG, Wolfgang. **Crítica da Estética da Mercadoria**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.



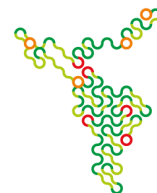
LEITE, Francisco; BATISTA, Leandro Leonardo. **A persuasão, os estereótipos e os impactos da propaganda contraintuitiva.** Contemporânea, vol. 7, n. 1, jun. 2009. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3603/2671>>. Acesso em: 08 de abril de 2019.

LELIS, Leandro. **As potências do simulacro:** Deleuze com Nietzsche. Revista Trágica: Estudos de Filosofia da Imanência, Rio de Janeiro, v.10 nº 2, p. 19-46, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/tragica/article/view/27153/14957>>. Acesso em: 01 de maio de 2019.

MACHADO, Livia. **Visão das artes segundo Platão e Aristóteles.** Estado de Minas. 2016. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/enem/2016/08/12/noticia-especial-enem,793593/dia-nacional-das-artes.shtml>>. Acesso em: 30 de março de 2019.

NOVAIS CARNEIRO, Anni de; FERREIRA, Silvia Lúcia. **Padrões de beleza, raça e classe:** Representações e elementos identitários de mulheres negras da periferia de Salvador – BA. 18º Redor, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife – PE, p. 1424 - 1438, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2136/718>>. Acesso em: 14 de abril de 2019.

OLIVEIRA, João Vicente Ganzarolli de. **Estética em Platão?.** Phoinix, Rio de Janeiro, vol. 11, p. 90-101, 2005. Disponível em: <http://phoenix.historia.ufrj.br/media/uploads/artigos/5_-_Estetica_em_Platao_-_Joao_Ganzarolli.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2019.



VIVER NÃO CABE NO LATTES: UMA ANÁLISE DO DISCURSO ACADÊMICO

Joseane Monteiro Maurício¹

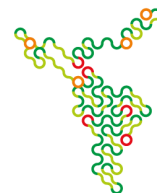
Resumo: Neste trabalho, a partir do pensamento de Michel Foucault sobre o discurso, os dispositivos as formas de objetivação e subjetivação, propomos uma análise discursiva dos enunciados de graduandos de instituições de ensino brasileiras, publicados em redes sociais a partir de narrativas decorrentes de sua vivência institucional. Nesses discursos procuramos saber se é possível perceber que o processo discursivo é o lugar onde os sujeitos inscrevem-se e ao mesmo tempo resistem a uma dada ordem do discurso na qual estão inseridos, nesse estudo, a universidade. Propomos a análise de narrativas dos discursos do sofrimento emocional relacionados à vivência acadêmica. Esta relação foi evidenciada após avaliarmos que a aparição da maioria dos discursos desses sujeitos tinha como tema o sofrimento psíquico. Partimos do princípio de que os trechos analisados não esgotam uma teoria geral das formas de subjetividade em relação à universidade brasileira, mas apontam traços importantes para se entender o funcionamento discursivo da produção de si via discurso. As conclusões apontam que novos arranjos subjetivos se destacam a partir dos novos modos de pensar e se expressar, bem como novos questionamentos devem ser feitos sobre como nossa cultura valoriza e compreende a educação superior na contemporaneidade.

Palavras-chave: Discurso. Ensino superior. Subjetividade. Redes sociais.

LIVING DOES NOT FIT IN LATTES: An analysis of academic discourse

Abstract: In this work, based on Michel Foucault's thinking about discourse, devices and forms of objectification and subjectivation, we propose a discursive analysis of the statements of undergraduate students from Brazilian educational institutions, published in social networks from narratives resulting from their institutional experience. . In these discourses, we seek to know if it is possible to perceive that the discursive process is the place where the subjects register and, at the same time, resist a given order of discourse in which the university is inserted in this study. We propose the analysis of narratives of emotional suffering discourses related to academic experience. This relationship was evidenced after evaluating that the appearance of most of the speeches of these subjects had psychological suffering as its theme. We assume that the analyzed excerpts do not exhaust a general theory of the forms of subjectivity in relation to the Brazilian university but point out important features to understand the discursive functioning of the production of oneself via discourse. The conclusions point out that new subjective arrangements stand out from new ways of

¹ Psicóloga clínica, especialista em Linguagens e Educação a Distância do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, mestranda em educação FURB. Rua São Paulo 973, Blumenau/SC mauricio.joseane.monteiro@gmail.com



thinking and expressing themselves, as well as new questions about how our culture values and understands higher education in contemporary times.

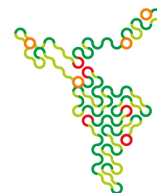
Keywords: Discourse. University education. Subjectivity. Social networks.

INTRODUÇÃO

Embora saibamos que a Educação não era preocupação central dos trabalhos de Foucault, argumentamos, com Gallo (2016), que se pode pensar em educação, com Foucault, de várias maneiras. Para o autor, uma dessas maneiras é pensar as instituições escolares como instituições modernas, destinadas a produzir uma conformação de corpos e sujeitos e ainda produzir uma "subjetividade capitalista", que permite a inserção de cada um no mundo da produção e teria como finalidade a produção de corpos dóceis, prontos para obedecer e produzir. No entanto, Gallo (2016) também aponta que é possível pensar a educação como subjetivação, trabalho de constituição de si mesmo e educação além da vigilância e da disciplina, que pode transformar o espaço panóptico em um espaço de criação e formação, um lugar de experimentação onde seria possível conhecer a si mesmo.

Sendo assim, buscamos inquirir sobre o tratamento de questões como inscrição e resistência a partir do discurso de estudantes de graduação e pós-graduação no Brasil, e para tal, organizamos nossa reflexão analisando as bases teóricas que sustentam essa pesquisa como a Ordem do Discurso, de Michel Foucault, contextualizando a produção e reprodução do discurso de forma controlada, selecionada e distribuída; seguimos daí e aprofundamos nossas discussões com o conceito de Dispositivo, para mais tarde pensar a universidade no Brasil e a Internet enquanto dispositivos que nos subjetivam, bem como a análise dos conceitos de subjetivação e objetivação referidos pelo filósofo francês de forma a observar a inserção dos jovens ao mundo da produção e a reprodução de corpos que seriam assimilados por dispositivos de saber/poder.

Por fim, evidenciamos a análise de narrativas publicadas por esses sujeitos acadêmicos em ambientes virtuais, relacionadas ao sofrimento psíquico. Partimos do princípio de que os trechos analisados não esgotam uma teoria geral das formas de subjetividade em relação à universidade brasileira, mas apontam traços importantes para se entender o funcionamento discursivo da produção de si via discurso.



***A ORDEM DO DISCURSO POR MICHEL FOUCAULT- A PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO
DO DISCURSO DE FORMA CONTROLADA, SELECIONADA E DISTRIBUÍDA***

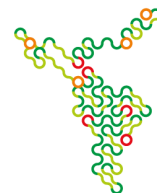
Em sua aula inaugural no Collège de France, Foucault inicia sua fala evidenciando que gostaria de ser o sujeito do discurso que iria proferir, no entanto, prefere dispor de uma ilicitude frente ao elemento central que o caracteriza, qual seja, estar fora do controle investido no ordenamento do discurso.

Foucault (2004) fundamenta seu pensamento apresentando procedimentos internos e externos de controle e delimitação do discurso e evidencia como o discurso, nos determinantes que precipitariam sua existência e devir, são controlados em sua materialidade e como são positivos – isto é, produzem os conceitos e objetos aos quais se referem.

Os *procedimentos externos de controle discursivo* são procedimentos de *exclusão* e concernem à parte do discurso que põe em jogo o poder e o desejo. Para o autor, são três as condições externas ao ordenamento do discurso: a interdição, a separação e rejeição e a oposição do verdadeiro e do falso.

O segundo princípio de exclusão – separação e rejeição - é apresentado pelo autor a partir da oposição entre a razão e a loucura. “Sendo o louco o personagem referido para acolher a disparidade entre a verdade admitida ou o total descabimento” (FOUCAULT, 1996, p.10). É a partir da história que o autor problematiza o conceito de loucura dispondo de uma análise da idade média aos dias atuais, propondo assim a exclusão como um sistema histórico contextualizado a partir da cultura e do local em que o indivíduo está inserido. Portanto a figura do louco se justificaria pelo lugar de total aniquilamento e ao mesmo tempo de uma razão investida de particular verdade a partir do estranhamento personificado de sua ingenuidade. Assim, a condição desta mesma exclusão é contemplada por um novo poder que assumiria o papel de escuta do não dito, do que se revela a partir do desejo do que crê compreender e assimilar a verdade da figura marginalizada: o poder psiquiátrico.

Há, ainda um terceiro procedimento externo de controle discursivo: oposição do verdadeiro e do falso, que sempre se dá a partir de contingências históricas. Para o francês, o verdadeiro e o falso estão em perpétuo deslocamento e apoiam-se em suportes institucionais, fortalecidos por diferentes práticas, de forma que o saber possa ser aplicado na sociedade, contemplando seu valor e sua distribuição.



Foucault (1996) também evidencia um segundo grupo de procedimentos que seriam internos ao discurso, uma vez que os discursos mesmos exercem seu próprio controle. Esses procedimentos funcionariam a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição e são três: o princípio do comentário, do autor, da disciplina.

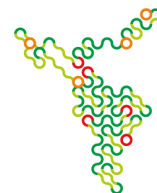
O princípio do comentário, diz respeito, dessa forma, aos enunciados que tomam lugar dos outros textos e são a possibilidade aberta do falar, condição de que o texto seja dito, realizado pelo autor como o desnível entre o texto primeiro e o texto segundo. Cabe ainda ressaltar que para Foucault (1996, p. 26) “[...] o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta”.

O segundo princípio interno de controle do discurso evidenciado por Foucault (1996) é o do autor. Esse princípio não é entendido como o indivíduo falante que articulou ou elaborou um texto, mas “[...] o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 1996, p. 26).

Outro princípio de ordenação discursiva denomina-se disciplinas, princípio também móvel e relativo de controle dos discursos pois “[...] lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente de regras” (FOUCAULT, 1996 p. 36). Foucault (1996, p. 29) enfatiza que as disciplinas se opõem tanto ao princípio do comentário quanto ao princípio do autor. Ao princípio do autor, visto que as disciplinas se constituem como um sistema anônimo à disposição de quem quiser ou puder ter acesso a elas; ao princípio do comentário, uma vez que não há sentido a ser descoberto, nem identidade a ser repetida. Assim, para que “[...] haja disciplina é preciso, pois, que haja possibilidade de formular, e de formular indefinidamente proposições novas”.

Já a apropriação social do discurso, trata dos sujeitos que podem pronunciar certos enunciados. Para exemplificar sua posição, Foucault assegura que a educação, embora seja o instrumento pelo qual os sujeitos podem ter acesso a qualquer tipo de discurso, trata-se também de uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos.

Há ainda que se destacar que outros temas perpassam A ordem do discurso e que são extremamente relevantes para o intento dessa pesquisa. Um deles diz respeito à vontade da verdade. Para Foucault (1996) a verdade é mutável: nos poetas gregos o discurso verdadeiro é aquele proferido por quem de direito, um século depois a verdade já não residia no ato do proferimento discursivo, mas no próprio enunciado, em seu sentido, sua relação, sua referência. O filósofo ainda argumenta que ignoramos a vontade de verdade como “[...] prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos



aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade” (FOUCAULT, 1996, p. 20)

Além das reflexões teóricas sobre discurso, uma vez que este estudo trata de formas de subjetivação e objetivação, é fundamental que exploremos o que entendemos por dispositivo, uma vez que para Agamben (2009) os dispositivos funcionariam como tecnologias de subjetivação, apontando para o problema da possibilidade de profanação, ou como chamaremos aqui, de resistência.

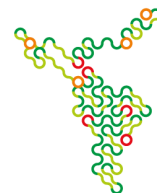
Em O que é um dispositivo? Agamben (2009) discute a necessidade de elucidação de um termo técnico decisivo do pensamento de Michel Foucault – o dispositivo. O autor parte desse conceito para, mais tarde, tocar em pontos que considera mais pertinentes aos seus propósitos, como os processos de objetivação e de subjetivação que enfrentam as sociedades contemporâneas, temas que também faz parte dessa pesquisa e que serão abordados no decorrer deste texto.

A partir do conceito de dispositivo, que, tal como propõe Agamben (2009), tem a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos, neste trabalho entenderemos a internet como um conjunto de tecnologias, práticas e contextos que se entrelaçam (MILLER; SLATER, 2004).

Compreendemos também que a pluralidade de alcance proporcionado pelas tecnologias geradas a partir da rede de computadores promova sua apropriação reverberando assim sua necessidade, ou seja, os recursos por elas propostos estão a dispor de um sistema de controle reproduzido pela sociedade de consumo da qual todos nós estamos alocados. “A sociedade em rede, em suas várias expressões institucionais, por enquanto é uma sociedade capitalista” (CASTELLS, 1999, p. 567).

Podemos compreender que a sociedade técnico científica, ou ainda a sociedade em rede Castell (1999) em que vivemos, é possibilitada pela determinação de dispositivos autenticados por sua reprodução e eficácia, no entanto, qual tarefa possibilita e empreende sua disposição cada vez mais alocada aos modos de vida do sujeito na contemporaneidade?

Partimos da ideia de que a manutenção dos dispositivos é dada pela necessidade da conduta dos seres, do ajustamento, e não da exclusão deles. Desta forma justifica-se o envolvimento dos sujeitos e da rede, no que compreende o ato de estar e posicionar-se a partir dela, gerando um vislumbre de sua própria liberdade, como propõe (AGAMBEN 2009, p. 45- 46):



[...] os dispositivos visam através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, a criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a sua "liberdade" enquanto sujeitos no processo mesmo do seu assujeitamento.

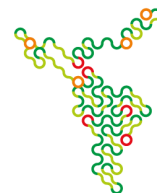
Neste sentido pensar a universidade como centro de disseminação de informações através da internet, aqui concebida como dispositivo virtual, possibilita-nos o estudo também das instâncias de pertencimento conferidas aos sujeitos que experienciam estes espaços. Como estes seriam perpassados em sua subjetividade pela condição disciplinar disposta também nestes ambientes?

Entendemos com Foucault (1996, p. 46) que “[...] Todo sistema de educação é uma forma política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes que eles levam consigo”. Da mesma forma Agamben (2009) prevê aos dispositivos uma série de práticas e de discursos que possibilitam a criação de corpos dóceis, enquanto sujeitos de seu próprio processo de assujeitamento. Posto isso, acreditamos que o ensino superior, materializado em instituições universitárias, pode ser tomado enquanto dispositivo, produtor de diferentes formas de objetivação e subjetivação, açambarcado por estratégias de governo, mas que também carrega a possibilidade de ser um espaço de construção de práticas de si.

Assim, pensando nas universidades enquanto mecanismos de controle - estreitamente vinculadas ao modo como é exercido o governo sobre os outros - mas também pensando a universidade como um espaço de governo de si mesmo, de construção de subjetividades mais livres e autônomas Caponi (2014), é possível fomentar a discussão dos modos de objetivação e subjetivação que determinam ao sujeito universitário práticas e discursos que o legitimam e modelam a partir das instituições que estão açambarcados.

3.0 NARRATIVAS DE GRADUANDOS

A fim de observar os processos de constituição da forma de sujeito que trata este trabalho – os acadêmicos –, bem como de suas possibilidades de resistência, tomamos como corpus de análise três depoimentos publicados durante os anos de 2013 e 2019 nos sites DESABAFA e REDDIT, blogs e a rede social FACEBOOK. Partimos do princípio de que os trechos analisados não esgotam uma teoria geral das formas de subjetividade em relação à universidade brasileira, mas apontam traços importantes para se entender o funcionamento discursivo da produção de si via discurso. A aparição da maioria das narrativas desses sujeitos tinha como tema o sofrimento emocional relacionados à vivência acadêmica.



O recorte da narrativa de F. publicada no blog de sua autoria, que dividimos em dois excertos textuais, no sentido de pontuar a função cronológica: a expectativa sobre a possibilidade de estar na universidade e a posterior constatação dessa experiência.

No primeiro excerto, F. idealiza o espaço universitário, mencionando o que esperava encontrar na Universidade, tanto materialmente quanto em relação à forma de tratamento aos estudantes, menos disciplinadora:

[...] Quem nunca sonhou com o dia em que pudesse estudar somente aquilo que gostasse? Em um lugar mágico, cheio de possibilidades, um mundo de descobertas e, ainda por cima, de graça. Quadro branco ao invés de negro, pincéis ao invés de barulho de giz, computador ao invés de cadernos, zero uniforme e professores que não te tratam feito criança imbecil.

F. ressalta sua expectativa em ser graduanda como um sonho, de forma que questiona os leitores de sua narrativa como possibilidade de alocá-los em seu próprio projeto. Existe no discurso uma imposição dada: quem nunca, reclamando o sentido de que todos sempre pudessem estudar somente aquilo que gostasse.

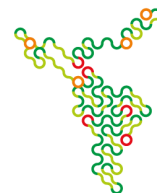
Após o questionamento, a narrativa permanece na instância onírica, determinada pela expressão lugar mágico, ou ainda subjetivamente cheio de possibilidades, um mundo de descobertas; finalizando a sentença argumentativa, F. utiliza a expressão: ainda por cima, de graça. Neste ponto, observamos os elementos do discurso anteriormente apresentados de forma imaterial, quais sejam: lugar mágico, mundo de descobertas.

Quadro branco ao invés de negro, pincéis ao invés de barulho de giz, computador ao invés de cadernos, zero uniforme... F. distingue a materialidade que pretende encontrar no lugar mágico/universidade e finaliza seu pensamento: professores que não te tratam feito criança imbecil justificando como não gostaria de ser tratada enfatizando a experiência pregressa com a figura do professor.

Dando continuidade, F. questiona se é correto sonhar com a universidade como ela sonhara:

Certo?! Errado. Esqueceram de avisar que na Universidade pública nenhum pincel de nenhum quadro branco está funcionando. Que o filtro de água seca e que a estrutura é tão ridícula que aulas são canceladas por impossibilidade de serem ministradas. Que raramente vai ter mais de uma tomada por sala para carregar seu computador, e que ainda assim o professor desconfia tanto de você e tem tanto pavor de Facebook que não te deixa usar. Sim, ele continua mandando em você e ditando suas vontades.

A ironia disposta no primeiro excerto do discurso, no qual, os objetos que F. consagra como determinantes para qualidade do espaço universitário se configuram em um engano, que passa a ser atribuído a outrem - *Esqueceram de avisar* -.



Passamos agora a outros excertos que tratam do que chamaremos aqui de subjetividades medicalizadas. Propomos tal categoria por entendermos que exista uma demanda crescente de acadêmicos que se utilizam de diagnósticos psiquiátricos para medicalização, ou fazem uso de medicamentos mesmo sem prescrição médica, de forma a suprimir a evidência de comportamentos que desabonem seu desempenho enquanto universitários.

No corpus que analisamos, encontramos diversas narrativas que apresentam a situação de desalento emocional, de forma que entendemos o estresse afetivo como sendo uma das consequências reproduzidas pela sociedade da capacitação, competência e competitividade.

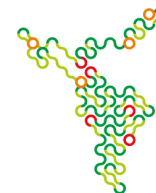
Reiteramos que o debate está além das formas de como o adoecimento é abordado na universidade e não procuramos tratar aqui de uma lógica individualizante externa as dinâmicas socioculturais. Pelo contrário, pautados em Michel Foucault, nos interessa demonstrar as teorias patologizantes como um conjunto de verdades que se manifestam como práticas na manutenção condutas, potencializando a ação sobre si mesmo e sobre os outros, de acordo com princípios estipulados pelo individualismo neoliberal, ou seja, a psicopatologização da conduta promove o aniquilamento das insurgências sociológicas para o mal-estar na contemporaneidade.

Desta forma, propomos a análise dos excertos narrativos abaixo elencados:

[...] Na minha sala de aula, dias atrás estava todo mundo sentado, numa sexta-feira conversando sobre saúde mental. Todo mundo desabafando sobre algo diferente, mas que chegava num caminho comum: desespero, ansiedade. Têm aluno que dorme 1hr por dia, aluno que não se alimenta, conheço pessoas que pensaram e tentaram tirar sua própria vida, pessoas que só querem que a faculdade acabe pra fazer o que realmente quer, gente chorando em intervalo[...] Cada um têm seu sintoma, eu tenho ansiedade, fico paralisada, não consigo fazer nada. Meu amigo se culpa até entrar em desespero, porque ele se cobra demais

Com todas estas adversidades começamos a desenvolver um estresse e, até uma crise de identidade, pois começamos a nos questionar: *“Poxa vida, tenho mais 4 anos pela frente (Doutorado)!!!”*;6

O primeiro excerto trata-se da narrativa de Y e nos apresenta um contexto: as conversas sobre saúde mental no espaço universitário e os sintomas de sofrimento psíquico relatados por ela e seus colegas que parecem ter se tornado comuns no ambiente. Nesse ponto, destacamos que não apenas essas conversas tornaram-se comuns, mas o que chamamos de dispositivo universitário também criou métodos para açambarcar esses sujeitos: os espaços destinados ao atendimento psicológico oferecidos pela própria universidade.



No Brasil, estes espaços destinados ao atendimento específico de graduandos e pós-graduandos em sofrimento psíquico, se instauram a partir das incidências de estresse emocional, nos cursos da área da saúde. O primeiro Serviço de “Higiene Mental e Psicologia Clínica para estudantes universitários” foi criado em 1957, junto à cadeira de Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, para atender às necessidades dos estudantes de medicina. Logo após, as universidades federais do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, também preocupadas com a saúde mental dos seus estudantes, implantaram seus Serviços de Saúde Mental (LORETO, 1985 apud CERCHIARI, 2004).

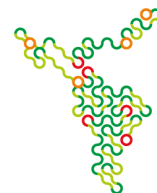
Desta forma, argumentamos que ao contemplar espaços clínicos universitários para atendimento do sofrimento psíquico do sujeito acadêmico, não necessariamente faz-se uma releitura das práticas presentes no espaço que o adoeceu, pelo contrário, apresenta-se um refinamento na estratégia de açambarcar o sujeito e sobretudo fazê-lo observar a dinâmica universitária como governo dos vivos, ou seja, confirmada a confiança na instituição e a possibilidade de que a mesma conduza as condutas de seus estudantes de forma a provê-los de saúde e bem estar psíquico, não haveria o porquê questioná-la em outros deslocamentos e práticas por ela acarretados.

Referenciamos também uma narrativa que expõe a medicalização das condutas:

[...] Minha motivação baixou até um ponto que fiquei com depressão e comecei a tomar remédio. Aprendi a ser mais positivo e já não preciso de remédio mais, mas minha motivação nunca mais foi a mesma e agora me custa muito mais me esforçar e estudar como antes[...]
N.

Partimos da concepção de um discurso assimilado previamente, aquele que justifica ao acadêmico enunciar sua baixa motivacional para posteriormente afirmar-se depressivo, logo, partindo para o uso da medicação.

Voltando a perspectiva foucaultiana, De Aguiar (2004) reflete sobre o problema da medicalização da vida cotidiana e afirma que os discursos da Psiquiatria, tão populares hoje, induzem os indivíduos a adotarem determinadas formas de viver, pensar e se comportar; são, portanto, criadores de realidades e subjetividades a medida em que se difundem e penetram no tecido social, moldando indivíduos. A medicalização, ou a nova biomedicalização como denomina o autor, seria uma característica da expansão da jurisprudência médica para novos domínios, amparada nas inovações tecnológicas. Esse dispositivo se caracterizaria por intervenções que não buscam apenas ajustar ou normalizar o que existe, mas transformar a própria vida.



Já Caponi (2012) afirma que, nos últimos trinta anos, reforçou-se a tendência de se pensar todos os conflitos e dificuldades em termos médicos, mais precisamente psiquiátricos e evitar que as patologias se cronifiquem passou a ser o argumento maior para se intervir nos pequenos desvios de conduta, de tal forma que é possível observar a multiplicação da lista de problemas que se tornaram alvo de intervenção psiquiátrica e por isso receberam explicações biológicas. Assim, a limitação de sofrimentos decorrentes de problemas sociais a explicações biológicas contribuiria, de acordo com a autora, para obscurecer problemas concretos que, em muitos casos, provocam os sofrimentos e, além disso, minimizariam nossa capacidade de reflexão sobre nós mesmos, restringindo as possibilidades de criar estratégias efetivas para responder a problemas desse nível.

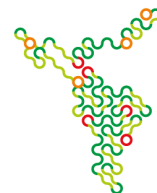
Nessa toada, argumentamos que as formas de subjetivação de acadêmicos passam pela medicalização da vida e tornam-se ingerência de setores destinados a essa parcela da população nas próprias universidades, através de práticas de normalização que, utilizam-se dos instrumentos de saber e poder para a produção de subjetividades normalizadas (MACHADO; LESSA, 2012).

4. CONSIDERAÇÃO FINAIS

No que compreende o sujeito acadêmico e sua disposição frente aos diferentes panoramas elencados a universidade, procuramos analisar os conceitos de objetivação e subjetivação, retratando o pensamento Foucaultiano e identificamos a instituição escolar a partir da regência e capilarização de condutas no intuito de determinar aos sujeitos acadêmicos os procedimentos disciplinares referenciados por esta mesma instituição. O movimento contrário a conduta determinada está prescrito nos discursos insurgentes.

Ressaltamos que o que entendemos por subjetividades medicalizadas devem ser particularizadas em análises futuras, uma vez que, nesses discursos percebemos reverberar a psicologização das condutas a partir do de uma lógica individualizante, externa as dinâmicas socioculturais. As teorias patologizantes estão presentes nos discursos como diagnósticos autoatribuídos, características individuais que se apresentam como sintomas, mitos de genialidade que pressupõem a aprendizagem, logo, a pesquisa como uma performatização mercantil.

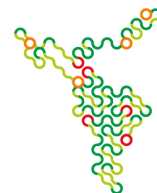
Por fim, registramos que observar o discurso universitário é também suscitar a devida urgência de análises incutidas aos sujeitos que deteriam a potência da apreciação e estudo das esferas políticas



e dos embates sociais na fundamentação do pensamento crítico a partir da educação, logo alicerçado pela instância universitária.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, L. M.; AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução de Vinicius Nicastro Honesco. Chapecó, SC: Argos, 2009. InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade, p. e13200-e13200, 2019.
- BAMPI, L. **Governo, subjetivação e resistência em Foucault**. In: Educação e Realidade, 2002. v.27, n.1, P.127-150.
- CAPONI, S. **Classificar e medicar: a gestão biopolítica dos sofrimentos psíquicos**. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, 2012. v. 9, n. 2, p. 101-122. ISSN1807-1384.
- CAPONI, S. **Foucault e a universidade: Entre o governo de si e o governo dos outros**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos: Caderno Ihu Idéias, 2014.v. 12, n. 211.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. (v. 1) São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERCHIARI, E. A. N. **Saúde mental e qualidade de vida em estudantes universitários**. Campinas, SP, 2004.
- DA SILVA, N.M.A & DE FREITAS, A.S. **O sujeito da educação: problematizações e desdobramentos a partir da noção de cuidado de si**. Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011. v. 4, p. 86-102.
- DE AGUIAR, A.A. **A Psiquiatria no divã: entre as ciências da vida e a medicalização da existência**. Relume Dumará. 2004.
- DEACON, R & PARKER, B. **Educação como sujeição e como recusa**. O sujeito da educação: estudos foucaultianos, 1994. v. 4, p. 97-110.
- DREYFUS, H. & RABINOW P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p.253-278.
- FOUCAULT, M. **A ética do cuidado de si como prática da liberdade**. In M. B. Motta (Org.), **Ética, sexualidade, política. Ditos e escritos V**. (E. Monteiro e I. Barbosa, Trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. pp.264-287.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, (Originalmente publicado em 1905)**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.



FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: P. RABINOW e H. DREYFUS, **Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

GALLO, S. Insurreições escolares? In: RAGO, M; GALLO, S. **Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?** São Paulo: Cnpq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2016. p. 311-321.

GERZSON, V. S. **A mídia como dispositivo da governamentalidade neoliberal** – os discursos sobre educação nas revistas Veja, Época e Isto é. Tese (Doutorado em Educação) - UFRGS, PPGEDU, Porto Alegre. 2007.

MACHADO, L.V. & LESSA, P.S. **Medicalização da vida: ética, saúde pública e indústria farmacêutica**. Psicol. Soc., Belo Horizonte, 2012. v. 24, n. 3, p. 741-743.

MILLER, D; SLATER, D. **Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad. Horizontes antropológicos**, v. 10, p. 41-65, 2004.

MARINHO, C. A potência da educação de subjetividades insurgentes para uma política outra. In: RAGO, M; GALLO, S. **Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?** São Paulo: Cnpq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017. p. 249-259.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. Autêntica Editora, 2019.